# 1 Contexto operacional

A Diagnósticos da América S/A (Companhia), com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 5 de novembro de 2004 para negociação dos seus valores mobiliários no mercado de bolsa e foi listada no Novo Mercado da Bovespa com seus valores mobiliários negociados desde o dia 19 de novembro de 2004, sob o código DASA3.

A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD) a pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente, ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD), exclusivamente através de empresas médicas especializadas, como exemplo nas áreas de: a) citologia e anatomia patológica; b) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e c) medicina nuclear.

A Companhia também atua na exploração de atividades relativas a: (i) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano; (ii) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (iii) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de atuação da Companhia; (iv) outorga e administração de franquia empresarial, compreendendo fundo de propaganda e divulgação, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros.

A Companhia também tem como objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

## A Companhia encerrou o exercício de 2014 com 532 unidades ambulatoriais e hospitalares:

Marcas	Estado	31/12/14	31/12/13				
Delboni Auriemo (i)	São Paulo	43	42				
Lavoisier	São Paulo	86	77				
Bronstein	Rio de Janeiro	41	41				
Lâmina (i)	Rio de Janeiro	16	14				
Pasteur	Brasília	25	25				
Frischmann	Paraná	34	39				
Image	Bahia	4	4				
Laboratório Álvaro	Paraná	14	14				
LabPasteur	Ceará	18	17				
Vita-Lâmina	Santa Catarina	2	2				
Atalaia	Goiás	22	22				
Exame	Brasília	20	23				
MedImagem	Rio de Janeiro	7	7				
DASA (ii)	Rio Grande do Sul	3	3				
Cedic/Cedilab	Mato Grosso	10	9				
Unimagem	Ceará	1	1				
CERPE	Pernambuco	39	37				
Sérgio Franco	Rio de Janeiro	63	80				
Proecho	Rio de Janeiro	-	15				
Multi Imagem	Rio de Janeiro	6	6				
CDPI	Rio de Janeiro	7	7				
Previlab	São Paulo	21	18				
Cytolab	São Paulo	15	13				
Alta Excelência Diagnóstica – Premium	São Paulo e Rio de Janeiro	3	3				
		<u>500</u>	<u>519</u>				
Marcas qualificadas como operação descontinuada:							
Sérgio Franco – Lafê (iii)	Rio de Janeiro	18	-				
Proecho (iii)	Rio de Janeiro	14					
		532	<u>519</u>				

<sup>(</sup>i) A marca Club DA contava em 31 de dezembro de 2014 com 23 unidades sendo 19 unidades anexas à marca Delboni Auriemo e 4 unidades à marca Lâmina.

<sup>(</sup>ii) Estabelecimento da Companhia em atividade no Hospital Mãe de Deus.

<sup>(</sup>iii) Operação descontinuada conforme mencionado na Nota explicativa 13.

Adicionalmente, o CientificaLab opera no setor de saúde pública, cuja receita tem origem nos contratos firmados com clientes do setor público de saúde. Esta operação encerrou o exercício com 27 clientes que demandaram 6,1 milhões de requisições de exames. O CientificaLab atende em 592 pontos de coleta, sendo 66 hospitais e 526 ambulatórios, que não estão relacionados nas unidades listadas acima.

As informações, listadas acima, não fazem parte do escopo de trabalho de auditoria dos auditores independentes.

# 2 Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD")

Em sessão de julgamento ocorrida em 04 de dezembro de 2013 o Ato de Concentração 08012.010038/2010 foi aprovado pelo Tribunal Administrativo do CADE, nos termos do voto do Conselheiro Relator, com restrições negociadas com a Companhia e formalizadas por meio de Termo de Compromisso de Desempenho ("<u>TCD</u>").

Considerando a celebração do TCD, o Acordo de Preservação da Reversibilidade da Operação – ("APRO") celebrado pela Companhia em 26 de outubro de 2011 foi avaliado pelo CADE como cumprido, extinto e substituído pelo TCD, por ter alcançado o objetivo de preservar a reversibilidade da Operação.

As restrições previstas pelo TCD são descritas a seguir:

- (i) a Companhia deverá alienar ativos em municípios do Estado do Rio de Janeiro, compreendendo conjuntamente o valor de R\$ 110.000 de receita atendida por ano, para um único terceiro adquirente que (a) não tenha relação societária (direta ou indireta) com a Companhia; e (b) não detenha mais de 20% (vinte por cento) do mercado relevante de serviço de apoio diagnóstico ("SAD") no munícipio do Rio de Janeiro;
- (ii) a Companhia não poderá praticar, pelo prazo inicial de 3 (três) anos, as operações descritas nos itens (A) a (C) abaixo, envolvendo empresas prestadoras de serviços de SAD nos municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo e Belford Roxo, nos mercados relevantes de: (a) análises clínicas; (b) anatomia patológica e citopatologia; (c) ecocardiograma, ecocardiografia, ecodoppler, ecovascular, ecocarótida e vertebrais, ecotranseofágico, (d) eletroencefalograma, (e) tomografia computadorizada; (f) ultrassonografia; (g) ressonância magnética; (h) densitometria óssea; e (i) mamografia:
  - (A) fusão ou incorporação de empresa atuante em mercado de SAD ("Fusão/Incorporação");
  - (B) aquisição, direta ou indireta, por compra ou permuta de ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou ativos, tangíveis ou intangíveis, por via contratual ou por qualquer outro meio ou forma, do controle ou partes de uma ou outras empresas atuantes em mercado de SAD ("Aquisição"); ou

- (C) celebração de contrato associativo, consórcio ou joint venture com empresa atuante em mercado de SAD ("Associação" e, em conjunto com as operações de Fusão/Incorporação, Aquisição, conforme definidas acima, "Operações Qualificadas").
- (iii) a Companhia não poderá praticar, pelo prazo inicial de 2 (dois) anos, Operações Qualificadas envolvendo empresas prestadoras de serviços de SAD nos municípios de Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo e Taboão da Serra, nos mercados relevantes de: (a) análises clínicas, (b) anatomia patológica e citopatologia (c) ecocardiograma, ecocardiografia, ecodoppler, ecovascular, ecocarótida, vertebrais, e ecotranseofágico, (d) tomografia computadorizada, (e) ressonância magnética, e (f) ultrassonografia;
- (iv) a Companhia não poderá praticar, pelo prazo inicial de 2 (dois) anos, Operações Qualificadas envolvendo empresas prestadoras de serviços de SAD nos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais, nos mercados relevantes de: (a) análises clínicas, (b) tomografia computadorizada e (c) ultrassonografia;
- (v) transcorridos os prazos iniciais de 3 (três) ou 2 (dois) anos, conforme o caso, previstos respectivamente nos itens (ii), (iii) e (iv) acima, e pelo prazo adicional de 2 (dois) anos contados após os referidos prazos iniciais, a Companhia deverá submeter à aprovação prévia do CADE quaisquer Operações Qualificadas nas respectivas localidades, mesmo que não atingidos os patamares mínimos de faturamento previstos pela legislação concorrencial para notificação obrigatória de atos de concentração.

Observadas as restrições acima descritas, o TCD a) não impede operações de reorganização societária da Companhia e de sociedades por esta controlada direta e indiretamente; b) não restringe aquisições de sociedades que atuem fora dos municípios listados acima; e c) não contém disposições que possam restringir o crescimento orgânico da Companhia.

A Administração da Companhia realizou as providências necessárias para dar cumprimento tempestivo às obrigações previstas no TCD, sendo que o plenário do CADE, em 11/02/2015 emitiu despacho homologando a declaração de cumprimento parcial da obrigação de desinvestimento do TCD do Ato de Concentração DASA/MD1. O despacho de cumprimento parcial decorre da obrigatoriedade de juntada, pela Companhia, de alguns documentos adicionais, os quais já foram encaminhados ao CADE, motivo pelo qual a Companhia aguarda despacho final sobre o cumprimento integral do TCD.

# 3 Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas a seguir relacionadas:

Controladas Diretas	<u>Participações</u>	31/12/14	31/12/13
CDPI – Clínica de	Diagnósticos da América S.A.	_	99,99%
Diagnóstico por Imagem Ltda. (a)	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. (a)	-	0,01%
Cientificalab Produtos	Diagnósticos da América S.A.	82,90%	75,95%
Laboratoriais e Sistemas Ltda.	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	17,10%	24,05%
Clínica de Ressonância e	Diagnósticos da América S.A.	-	99,99%
Multi Imagem Ltda. (a)	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. (a)	-	0,01%
Dasa Centro Oeste	Diagnósticos da América S.A.	-	99,00%
Participações Ltda. (d)	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	1,00%
Dasa Finance Corporation	Diagnósticos da América S.A.	100,00%	100,00%
Dasa Log Empreendimentos	Diagnósticos da América S.A.	_	99,00%
Ltda. (d)	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	1,00%
Dasa Nordeste Participações	Diagnósticos da América S.A.	-	99,00%
Ltda. (d)	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	1,00%
Dasa Real Estate	Diagnósticos da América S.A.	99,99%	99,99%
Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda.	0,01%	0,01%
Dasa Sudoeste Participações	Diagnósticos da América S.A.	_	99,00%
Ltda. (d)	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	1,00%
Instituto de Endocrinologia	Diagnósticos da América S.A.	99,00%	99,00%
e Medicina Nuclear do Recife Ltda.	Dr. Luciano Flávio Freitas de Almeida	1,00%	1,00%
Dasa Property Participações	Diagnósticos da América S.A.	99,00%	99,00%
Ltda.	DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	1,00%	1,00%
Laboratórios Médicos Dr.	Diagnósticos da América S.A.	-	99,99%
Sérgio Franco Ltda. (a)	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. (a)	-	0,01%
D '11 4 41' CI4 '	Diagnósticos da América S.A.	99,65%	99,56%
Previlab Análises Clínicas Ltda.	Alcione Moya Aprilante	0,31%	0,39%
	César Antônio Blázio	0,04%	0,05%
Pro Echo Cardiodata	Diagnósticos da América S.A.	100,00%	69,58%
Serviços Médicos Ltda. (b)	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. (a)	-	30,42%

LAFÊ Serviços Diagnósticos Ltda.	Diagnósticos da América S.A.  Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. (b)  CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. (a)	99,99% 0,01%	99,98% 0,01% 0,01%
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Petrópolis Ltda. (b)	Diagnósticos da América S.A. José Antonio Fragoso Borges Filho José Carlos de Castro Bersot Eduardo Luiz Primo de Siqueira	70,00% 15,00% 7,50% 7,50%	15,00% 7,50% 7,50%
Check Up UP – Unidade Preventiva, Diagnóstico e Medicina Preventiva Ltda. (b)	Diagnósticos da América S.A.  DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99,99% 0,01%	-
Controladas Indiretas	<u>Participações</u>	31/12/14	31/12/13
Check Up UP – Unidade	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. (a)	-	99,99%
Preventiva, Diagnóstico e Medicina Preventiva Ltda. (b)	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. (a)	-	0,01%
Clínica de Ressonância e	Clínica de Ressonância Multi Imagem Ltda. (a)	-	99,99%
Multi Imagem Caxias Ltda. (a)	Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. (a)	-	0,01%
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Petrópolis Ltda. (b)	Clínica de Ressonância Multi Imagem Ltda. (a) José Antonio Fragoso Borges Filho José Carlos de Castro Bersot Eduardo Luiz Primo de Siqueira	15,00% 7,50% 7,50%	70,00% 15,00% 7,50% 7,50%
Imagem e Diagnóstico Ltda. (a)	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. (a) Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. (a)	-	99,99% 0,01
Multimagem PET Ltda. (a)	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. (a) Imagem e Diagnósticos Ltda (a)	-	100,00%
Stat Análises Clínicas Ltda.	Previlab Análises Clínicas Ltda. Alcione Moya Aprilante César Antônio Blázio Sanches	99,66% 0,17% 0,17%	99,66% 0,17% 0,17%
Incebrás Instituto Brasileiro da Coluna e do Cérebro Ltda. (c)	CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda (a). Jorge Alberto Costa e Silva Romeu Côrtes Domingues	- - -	29,00% 70,00% 1,00%

<sup>(</sup>a) Em AGE realizada em 1º de julho de 2014, foram incorporadas pela Companhia as controladas: Laboratórios Médicos Dr. Sergio Franco Ltda. (LSF); CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. (CDPI); Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda. (CRMI Rio); Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Caxias Ltda. (CRMI Caxias); Imagem e Diagnósticos Ltda. (Imagem); e Multimagem PET Ltda. (MI Pet).

O Laudo de avaliação foi elaborado por empresa especializada com base nos valores contábeis das sociedades incorporadas na data-base de 31/12/2013; a incorporação ocorreu em 01 de julho de 2014 com base nos saldos de 30 de junho de 2014, demonstrados a seguir:

	LSF	CDPI	CRMI Rio	CRMI Caxias	Imagem	MI Pet	Total
Ativo: Caixa e equivalentes							
de caixa	19.384	50.045	164	1.899	663	5.634	77.789
Contas a receber de clientes	100.161	44.408	8.207	424	23	1.478	154.701
Estoques	17.357	1.011	4	-	-	-	18.372
Impostos a recuperar	9.316	10.582	2.386	208	12	160	22.664
Investimento	38.820	7.882	5.383	-	-	-	52.085
Imobilizado	51.573	58.176	8.841	1.901	202	275	120.968
Outros Créditos	13.098	7.149	2.180	52	79	326	22.884
	<u>249.709</u>	<u>179.253</u>	<u>27.165</u>	4.484	979	7.873	469.463
Passivo	96.661	93.371	10.653	957	102	<u>871</u>	202.615
Acervo líquido	<u>153.048</u>	85.882	<u>16.512</u>	<u>3.527</u>	<u>877</u>	<u>7.002</u>	266.848

- **(b)** Sociedades que passaram a ser controladas diretas da Companhia após a incorporação realizada em 1º de julho de 2014, mencionada nesta Nota Explicativa no item (a).
- (c) Conforme instrumento particular de distrato social, firmado em 30 de abril de 2014, a sociedade INCEBRAS Instituto Brasileiro da Coluna e do Cérebro Ltda. foi dissolvida e extinta.
- (d) Em reunião do Conselho de Administração realizado em 29 de setembro de 2014, foi aprovada a supressão, mediante a liquidação e extinção, das sociedades controladas diretas da Companhia.

# 4 Base de preparação

## 4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

#### a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

#### b) Demonstrações financeiras individuais da controladora

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Até 31 de dezembro de 2013, essas práticas diferiam do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação de investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Com a emissão do pronunciamento IAS 27 (Separate Financial Statements) revisado pelo IASB em 2014, as demonstrações separadas de acordo com as IFRS passaram a permitir o uso do método da equivalência patrimonial para avaliação do investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto. Em dezembro de 2014, a CVM emitiu a Deliberação n° 733/2014, que aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 07 referente aos Pronunciamentos CPC 18, CPC 35 e CPC 37 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, recepcionando a citada revisão do IAS 27, e permitindo sua adoção a partir dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais da controladora passaram a estar em conformidade com as IFRS a partir desse exercício.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 23 de março de 2015.

## 4.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e (ii) os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

#### 4.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material em períodos futuros estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5.8 Redução ao valor recuperável (impairment) principais premissas utilizadas para as projeções do fluxo de caixa descontado utilizado no cálculo do teste de recuperação do ágio;
- Nota 10 Contas a receber de clientes análise da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos;
- Nota 21 Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis;
- Nota 23 Imposto de renda e contribuição social análise da recuperação dos impostos diferidos; e
- Nota 26 Premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

#### 4.5 Segregação entre circulante e não circulante

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das demonstrações financeiras.

## 4.6 Demonstração de resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente.

# 5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do Grupo.

### 5.1 Base de consolidação

# i. Combinação de negócios

Para aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data, as combinações de negócios são registradas na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo utilizando o método de aquisição. O investidor controla a investida quando está exposto ou tem direito sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; menos
- O montante líquido a valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo são registradas no resultado do exercício.

#### ii. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Ajustes à participação de não-controladores de transações que não envolvem a perda de controle são registrados baseados no percentual de participação nos ativos líquidos da subsidiária.

#### iii Controladas

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

# iv. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas.
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

# 5.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento dos balanços. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários foram reconhecidos no resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

#### 5.3 Instrumentos financeiros

#### i. Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

## Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que podem ser resgatados diariamente com o próprio emissor do instrumento financeiro sem perda relevante de rendimento.

## ii. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

#### iii. Capital social

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração pago, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o excedente ou o déficit resultantes são transferidos para os/dos lucros acumulados.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

#### iv. Instrumentos financeiros derivativos

A partir de 2014, a Companhia e suas controladas não operam mais com instrumentos financeiros derivativos. Até 31 de dezembro de 2013, a contratação das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinava-se exclusivamente à proteção

contra riscos associados à variação cambial de posições registradas no balanço patrimonial e que estejam atreladas à moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não possuía operações em aberto de instrumentos derivativos.

Destaca-se que toda operação com derivativos é submetida, previamente à contratação, à aprovação do Comitê Executivo da Companhia e validado pelo Conselho de Administração e/ou seus órgãos consultivos auxiliares.

Para todos os riscos (à exceção de risco de liquidez e de crédito) aos quais a Companhia estiver exposta na contratação de instrumentos financeiros derivativos, é obrigatória a elaboração mensal de análise de sensibilidade (stress test), às taxas de 25 % de variação em relação às originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas de juros e/ou cotações de moedas envolvidas nestas transações.

Os instrumentos derivativos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

#### 5.4 Imobilizado

#### i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos na rubrica de outras receitas no resultado.

#### ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

# iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgadas na Nota Explicativa nº 15.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros é reconhecida pela Companhia com base no prazo de vigência do contrato de locação do imóvel, incluindo sua prorrogação, nos casos em que este direito seja garantido contratualmente, ou com base na vida útil dos bens, dos dois o menor. Na média corresponde a um período de 10 anos.

#### 5.5 Ativos intangíveis e ágio

# i. Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas. Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, representa o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos. O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

#### ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### iii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos

#### iv. Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão divulgados na nota explicativa nº 16.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

#### 5.6 Arrendamento mercantil

# i. Arrendamento mercantil financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia e suas controladas os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento mercantil financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos nos respectivos contratos. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelos prazos de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme a nota explicativa nº 28. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

#### ii. Arrendamento mercantil operacional

São operações de arrendamento que não transferem os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo e nas quais a opção de compra no final do contrato é equivalente ao valor de mercado do bem arrendado. Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Os incentivos de arrendamentos pagos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

#### 5.7 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 120 dias.

#### 5.8 Redução ao valor recuperável (impairment)

### i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda terá um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

# ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são

descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Nesta base, para efeitos destes testes, foi definido um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais ativos:

Unidade geradora de caixa: Diagnósticos da América S/A.

Determinação dos fluxos de caixa: Volume de receita baseada na maturação das unidades existentes, nos estudos de viabilidade aprovados para as novas unidades, sinergias de receitas nas aquisições e incremento nos serviços de imagem na Companhia; Prazo utilizado para fluxo de caixa: oito anos:

Taxa de crescimento fluxo de caixa na Perpetuidade: 3,50% a.a.;

Taxa de desconto utilizada (líquido dos impostos): taxa média ponderada do custo de capital da Companhia (14,0% a.a.).

O teste de recuperação dos ágios e intangíveis de vida útil indefinida, da Companhia e suas controladas, não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis.

#### 5.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### 5.10 Receita operacional

As receitas operacionais correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos ao Grupo, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades do Grupo.

As receitas da Companhia compreendem basicamente a prestação de serviços de diagnósticos e análises clínicas. A receita não faturada corresponde aos serviços de diagnóstico e análises clínicas entregues e ainda não faturadas aos clientes e é calculada com base nos atendimentos prestados aos usuários finais até as datas dos balanços, em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

### 5.11 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias, despesas com taxas de cartão de crédito, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda pago sobre remessa de juros ao exterior e ainda os juros sobre parcelamento de impostos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de contingências.

## 5.12 Impostos, taxas e contribuições

A seguir, relacionamos as legendas relativas aos impostos, taxas e contribuições descritas nestas demonstrações financeiras:

- COFINS Contribuição para Financiamento da Seguridade Social Tributo Federal:
- CSLL Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Tributo Federal;
- IOF Imposto sobre Operações Financeiras Tributo Federal;
- IRPJ Imposto de Renda de Pessoa Jurídica Tributo Federal;
- IRRF Imposto de Renda Retido na Fonte Tributo Federal;
- ISS Imposto sobre Serviço Prestado Tributo Municipal;
- PIS Programa de Integração Social Tributo Federal;

#### Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na

data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, bem como sobre o saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Para atendimento aos parágrafos 74 e 75 do CPC 32, o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos da mesma entidade tributável estão apresentados líquidos.

Imposto sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo ISS às alíquotas vigentes em cada Município e à tributação pelo PIS e COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços às alíquotas de 0,65% e 3,00% respectivamente.

#### 5.13 Determinação do ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### 5.14 Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

#### 5.15 Remuneração baseada em ações

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia nos curto, médio e longo prazos, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

#### 5.16 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### 5.17 Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia.

Na operação do negócio da Companhia, a Administração entende que as semelhanças entre as empresas que compõem o grupo DASA, por se tratarem de características econômicas e de negócio similares, prestação de serviços e processos de produção da mesma natureza, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico semelhante, define "serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico" como o único segmento operacional e única unidade de reporte, dada a similaridade que existe em todo o negócio da Companhia. Essa é a forma utilizada pelo principal gestor das operações para análise e tomada de decisão.

#### 5.18 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

#### 5.19 Operações descontinuadas

O Grupo classifica ativos não circulantes e grupos de alienação quando mantidos para distribuição a acionistas da controladora se os valores contábeis forem recuperados principalmente por meio da distribuição, e não por meio do uso continuado. Esses ativos não circulantes e grupos de alienação classificados como mantidos para distribuição são mensurados a valor contábil e a valor justo deduzido de custos de venda ou distribuição, dos dois o menor. Os custos de distribuição são custos incrementais diretamente atribuíveis à distribuição, excluindo custos financeiros e despesas de imposto de renda.

Os critérios de classificação de itens mantidos para distribuição são considerados como atendidos somente quando a venda ou distribuição for altamente provável e o ativo ou grupo de alienação estiver disponível para distribuição imediata em sua presente condição. As ações necessárias para concluir a distribuição devem indicar se é improvável a ocorrência de mudanças significativas na distribuição ou que a distribuição será retirada. A administração deve estar comprometida com a distribuição esperada dentro de um ano a partir da data da classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para distribuição.

Ativos e passivos classificados como mantidos para distribuição são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Um grupo de alienação se qualifica como operação descontinuada se representar um componente de uma entidade que foi alienado ou classificado como mantido para venda, e:

- Representar uma importante linha em separado de negócios ou área geográfica de operações;
- For parte de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações;
- For uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de venda.

Operações descontinuadas são excluídas dos resultados de operações contínuas, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os impostos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota explicativa 13. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações contínuas, a menos que mencionado de outra forma.

# 6 Pronunciamentos do IFRS, CPC e novos requerimentos legais

- 6.1 Novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos na Companhia.
  - i) Compensação de Ativos e Passivos Financeiros Revisão da IAS 32 (CPC 39): essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que faria com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação.
  - ii) Entidades de investimentos (Revisões da IFRS 10 (CPC 36-R3), IFRS 12 (CPC 45) e IAS 27 (CPC 35-R2)): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado.
  - iii) Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge Revisão da IAS 39 (CPC 38): essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. A Companhia não tem como política operar com instrumentos financeiros derivativos.
  - iv) IFRIC 21 (ICPC 19) tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida.

As melhorias efetuadas nos seguintes pronunciamentos: Alterações na IAS 19 — Planos de Beneficios Definidos: Contribuições por parte do Empregado; IFRS 2 — Pagamento Baseado em Ações; IFRS 3 — Combinação de Negócios; IFRS 8 — Segmentos Operacionais; IAS 16 — Ativo Imobilizado e IAS 38 — Ativo Intangível; IAS 24 — Divulgações de Partes Relacionadas; IFRS 13 — Mensuração do Valor Justo e IAS 40 — Propriedade para Investimento, não surtiram efeitos na Companhia.

- 6.2 Novos pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015, para os itens i) e ii), 1º de janeiro de 2016, para o item iii) e 1º de janeiro de 2017, para o item iv).
  - i) IFRS 9 Instrumentos Financeiros reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.
  - ii) IFRS 21 Tributos a obrigação tributária deve apenas ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. A Companhia está avaliando os Impactos da adoção deste pronunciamento em suas demonstrações financeiras.
  - IAS 16 e à IAS 38 Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 10. de janeiro de 2016 ou após essa data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto ao Grupo, uma vez que a Companhia não utilizou um método baseado na receita para depreciar ativos não circulantes.
  - iv) IFRS 15 Receita de contrato com clientes: Estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação de receita ou da indústria. Aplica-se a todos os contratos de receita e fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de ganhos ou perdas com a venda de alguns ativos não financeiros que não estão ligados às atividades ordinárias da entidade (por exemplo, as vendas de imóveis, instalações e equipamentos ou intangíveis). Extensas divulgações são também requeridas por esta norma. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção deste pronunciamento em suas demonstrações financeiras.

As melhorias e alterações efetuadas nos seguintes pronunciamentos: IFRS 11 Acordos Conjuntos; IFRS 14 — Contas Regulatórias Diferidas e Alterações à IAS 41 - Ativos biológicos e produtos agrícola, não surtiram efeitos na Companhia.

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

# 6.3 Medida provisória 627/13 convertida na Lei nº 12.973/14

Em novembro de 2013 foi publicada a MP n° 627 (MP 627) que estabeleceu, entre outras alterações na legislação tributária federal, a não incidência de tributação sobre os lucros e dividendos calculados com base nos resultados apurados entre 1° de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013, pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado, efetivamente pagos até a data de publicação da referida MP, em valores superiores aos apurados com observância dos métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, desde que o contribuinte que tenha pago os lucros ou dividendos optasse pela adoção antecipada do novo regime tributário já a partir do ano-calendário de 2014.

Em maio de 2014, esta medida provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a medida provisória, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

A Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições da Lei nº 12.973 e concluiu que não há efeitos significativos nas suas demonstrações financeiras e, portanto, optou pela não antecipação de seus efeitos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

# 7 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

#### 7.1 Imobilizado

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado do imobilizado é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

#### 7.2 Intangível

O valor justo de marcas e patentes adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de *royalties* estimados que foram evitados em função de a marca ou patente ser possuída. O valor justo dos relacionamentos de clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multiperíodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa.

#### 7.3 Derivativos

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é determinado para fins de divulgação através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade do Grupo e contraparte quando apropriado.

#### 7.4 Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados para a data das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

## 7.5 Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo dos pagamentos a empregados baseados em ações e os direitos sobre valorização de ações são mensurados com base no preço da ação a valor de mercado (cotação BMF&Bovespa) e proporcionais às quantidades de ações e aos dias decorridos entre a data da eleição do beneficiário ao plano e a data das demonstrações financeiras.

# 8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controla	Controladora		idado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa e bancos	17.123	14.826	20.059	20.868
Aplicações financeiras	<u>223.144</u>	<u>471.745</u>	<u>254.927</u>	<u>515.013</u>
	<u>240.267</u>	<u>486.571</u>	<u>274.986</u>	<u>535.881</u>

A composição do caixa e equivalentes de caixa classificado no ativo circulante consolidado está demonstrada a seguir:

-	31/12/14		31/12	2/13
-	Valor	Rendimento médio no exercício	Valor	Rendimento médio no exercício
Caixa e bancos	20.059	- 101,84% do	20.868	- 102,19% do
CDB / Operações Compromissadas	115.478	CDI 101,20% do	397.610	CDI 102,36% do
Fundo de renda fixa	<u>139.449</u>	CDI	<u>117.403</u>	CDI
	<u>274.986</u>		<u>535.881</u>	

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata que não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

As aplicações financeiras de curto prazo são prontamente resgatáveis, com a entidade emissora, em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

# 9 Aplicações financeiras

			Controladora					
		31/1	2/14	31/1	2/13			
	Moeda	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício			
CDB / Operações Compromissadas (a)	R\$	8.865	100,01% do CDI 105,55% do	6.393	100,01% do CDI 102,25% do			
Fundo de renda fixa (a)	R\$	58.236	CDI	19.791	CDI			
		67.101		26.184				
Ativo circulante		(51.674)		<del>_</del>				
Ativo não circulante		<u>15.427</u>		<u>26.184</u>				

		Consolidado						
			31/12/14			31/12/13		
	Moeda	Valor em US\$	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	Valor em US\$	Valor em R\$	Rendimento médio no exercício	
CDB / Operações Compromissadas (a)	R\$	-	8.865	100,01% do CDI	-	8.316	100,01% do CDI 102,25% do	
Fundo de renda fixa (a) Títulos de empresa	R\$	-	97.524	105,39% do CDI	-	29.477	CDI	
privada ( <b>b</b> )	US\$	31.777	84.405	4,99% a.a.	31.153	72.980	4,63% a.a.	
			190.794			<u>110.773</u>		
Ativo circulante			(165.239)			(72.980)		
Ativo não circulante			25.555			37.793		

- (a) O montante consolidado de R\$ 25.555 (R\$ 37.793 em 31 de dezembro de 2013) aplicado em fundos de renda fixa e CDB / Operações compromissadas, corresponde a garantia do pagamento de contingências que vierem a ser exigidas de empresas adquiridas, por um prazo de até 6 anos da data de aquisição.
- (b) Títulos de empresas públicas e privadas adquiridos por subsidiária estabelecida no exterior.

# 10 Contas a receber de clientes

_	Controla	dora	Consolidado		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Duplicatas a receber:					
A vencer	403.587	237.123	421.796	330.558	
Vencidos (b)	<u>133.484</u>	<u>127.425</u>	<u>173.653</u>	<u>187.579</u>	
	537.071	364.548	595.449	518.137	
Outras contas a receber:					
Cheques a receber	320	456	330	795	
Cheques devolvidos	1.445	808	1.458	1.469	
Cartão de crédito	12.425	15.135	13.033	15.916	
Convênios a faturar (a)	63.606	55.526	80.941	<u>103.371</u>	
	<u>77.796</u>	71.925	95.762	121.551	
Total a receber:	614.867	<u>436.473</u>	691.211	<u>639.688</u>	
Menos: Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e					
cheques devolvidos	(44.366)	(46.318)	(60.819)	(67.486)	
Ajuste a valor presente		<del></del>	(886)		
	570.501	390.155	629.506	572.202	
Ativo circulante	(569.943)	(389.860)	(626.721)	(566.262)	
Ativo não circulante	<u>558</u>	<u>295</u>	2.785	5.940	

<sup>(</sup>a) A rubrica Convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício. Os atendimentos não faturados em até 120 dias são baixados da rubrica de convênios a faturar, ajustando o resultado do período da sua ocorrência.

# (b) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

		Controladora						
			31/12/14			31/12/13		
	%	Valor Bruto	Provisão de perda	Valor líquido	Valor Bruto	Provisão de perda	Valor líquido	
0 a 30		53.074	_	53.074	37.685	_	37.685	
31 a 60		14.253	_	14.253	14.851	_	14.851	
61 a 90		8.879	-	8.879	11.914	_	11.914	
91 a 120	25%	7.342	(1.836)	5.506	6.957	(1.739)	5.218	
121 a 180	50%	8.457	(4.229)	4.228	12.536	(6.268)	6.268	
181 a 360	75%	18.491	(13.868)	4.623	23.918	(17.939)	5.979	
acima de 360	100%	22.988	(22.988)		<u>19.564</u>	<u>(19.564)</u>	<del>-</del>	
		133.484	(42.921)	90.563	127.425	(45.510)	81.915	
Cheques devolvidos		1.445	(1.445)		808	(808)		
		<u>134.929</u>	(44.366)	90.563	<u>128.233</u>	(46.318)	<u>81.915</u>	
				Con	solidado			
			31/12/14			31/12/13		
	%	Valor Bruto	Provisão de perda	Valor líquido	Valor Bruto	Provisão de perda	Valor líquido	
0 a 30		64.908	_	64.908	52.629	_	52.629	
31 a 60		17.724	-	17.724	22.667	_	22.667	
61 a 90		12.825	-	12.825	18.091	-	18.091	
91 a 120	25%	8.561	(2.140)	6.421	13.513	(3.378)	10.135	
121 a 180	50%	10.339	(5.170)	5.169	17.964	(8.982)	8.982	
181 a 360	75%	28.982	(21.737)	7.245	36.232	(27.174)	9.058	
acima de 360	100%	<u>30.314</u>	(30.314)		26.483	(26.483)		
		173.653	(59.361)	114.292	187.579	(66.017)	121.562	
Cheques devolvidos		1.458	(1.458)		<u>1.469</u>	(1.469)		
		<u>175.111</u>	(60.819)	<u>114.292</u>	<u>189.048</u>	<u>(67.486)</u>	<u>121.562</u>	

O processo de cobrança pelos serviços de apoio aos diagnósticos prestados pela Companhia é complexo devido, entre outros fatores, ao grande número de planos de saúde e diferentes graus de cobertura. Essa complexidade historicamente dá origem a perdas por decorrência de glosas. Em menor escala há ainda perdas por inadimplência.

As glosas estão geralmente relacionadas a: (i) questões operacionais, tais como, serviços prestados aos clientes dos planos de saúde sem prévia autorização desses; (ii) questões comerciais, tais como nova lista de preços acordada que ainda não foi atualizada em ambos os sistemas; e (iii) questões técnicas, tais como a diferença de interpretação de requisições de exames.

Para fazer face às perdas por decorrência dessas glosas e inadimplência, a Companhia possui uma política para a constituição de provisão para créditos em atraso há mais de 90 dias aplicando-se a grade abaixo:

Títulos em atraso entre:	<u>% de provisão</u>
91 e 120 dias	25%
121 e 180 dias	50%
181 e 360 dias	75%
Acima de 360 dias	100%

No exercício de 2014 as perdas decorrentes de glosas e inadimplência representaram 2,6% da receita operacional bruta (3,3% no exercício de 2013).

A partir de 2012, a Companhia passou a adotar a prática de baixar contra a provisão os títulos vencidos há mais de 2 anos. No exercício de 2014, por esse critério foram baixados R\$ 18.531 (R\$ 61.184 no exercício de 2013).

Também se adota o critério de provisionar em 100% os cheques devolvidos por insuficiência de fundos.

Dado o histórico de recebimento integral de créditos a receber vinculados a cartão de crédito, a Companhia não provisiona perdas nessa rubrica.

A movimentação no exercício de 2014, das provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos, no consolidado, é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2013

(67.486)

#### Variação da provisão consolidada

Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(78.169) (a)	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência		
referente a operação descontinuada	(2.011)	
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por		
recursos de glosas procedentes	67.685	
Baixas de provisão sobre títulos vencidos há mais de 02 anos	18.531	
Baixas de provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosa,		
inadimplência e cheques devolvidos referente a operação descontinuada	773	
Reversão de provisões de cheques devolvidos	(142)	6.667

Saldo em 31 de dezembro de 2014

(60.819)

(a) Perda no exercício de 2014, conforme nota explicativa nº 29.

# 11 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Material direto nacional	37.824	23.643	42.524	35.406
Material direto importado	8.452	5.593	9.007	7.664
Material secundário nacional	13.409	7.857	14.648	11.496
Material de consumo	6.285	3.881	6.913	5.836
Provisão para obsolescência	(945)	(568)	(1.150)	(1.019)
	<u>65.025</u>	<u>40.406</u>	<u>71.942</u>	<u>59.383</u>

# 12 Impostos a recuperar

-	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
IR/CS - retenções na fonte sobre faturamento	1.197	6.911	2.157	10.607
IR/CS – crédito a recuperar	84.187	63.222	92.598	83.861
PIS/COFINS - retenções na fonte s/ faturamento	28.456	19.437	29.883	27.214
ISS - retenções na fonte s/ faturamento	7.470	5.385	13.983	13.653
INSS a recuperar	7.874	6.089	29.635	27.502
Outros	10.027	6.255	10.421	6.859
	139.211	107.299	<u>178.677</u>	<u>169.696</u>

# 13 Operação descontinuada

Durante o exercício de 2014, em função da decisão do Conselho de Administração de Defesa Econômica ("CADE") datada de 04 de dezembro de 2013, no âmbito do ato de concentração referente à operação de aquisição da MD1 Diagnósticos S.A., a administração da Companhia se comprometeu em alienar ativos em municípios do Estado do Rio de Janeiro compreendendo conjuntamente o valor de R\$ 110.000 de receita por ano, para um único terceiro adquirente que (a) não tenha relação societária (direta ou indireta) com a Companhia; e (b) não detenha mais de 20% (vinte por cento) do mercado relevante de serviço de apoio diagnóstico no munícipio do Rio de Janeiro.

Em reunião do conselho de administração realizada em 27 de dezembro de 2014, foi aprovada a alienação das quotas representativas, direta e indiretamente, de 100% (cem por cento) do capital social da Pro-Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. ("ProEcho") e Lafê Serviços Diagnósticos Ltda. ("Lafê"), com todos os direitos a elas inerentes, pelo valor de R\$ 66.000, cujos termos e demais condições constam do Contrato de Compra e Venda de Quotas celebrado em 27 de dezembro de 2014, entre a Companhia, na qualidade de vendedora, Newscan Serviços Médicos Ltda., na qualidade de comprador, João Renato Côrtes de Barros Silveira, na qualidade de garantidor, ProEcho e Lafê, na qualidade de intervenientes anuentes, nos termos previamente negociados pela Diretoria. O Conselho de Administração autorizou os membros da Diretoria da Companhia a praticarem todos os atos relativos, complementares ou decorrentes da celebração do Contrato de Compra e Venda ou necessários à sua conclusão, inclusive perante o CADE.

A conclusão das operações objeto do Contrato de Compra e Venda está sujeita à obtenção de aprovação do CADE.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 das sociedades Pro-Echo e Lafê, divulgados como operação descontinuada, tem a seguinte composição:

## a) Consolidado:

	Lafê	Pro Echo	Total
Ativo:			
Caixa e equivalentes de caixa	1.447	6.307	7.754
Contas a receber de clientes	12.009	14.124	26.133
Impostos a recuperar e diferidos	529	11.171	11.700
Imobilizado	1.578	12.932	14.510
Intangível	407	140	547
Outros Créditos	290	625	915
	16.260	45.299	61.559
Ágio na Controladora referente aquisição da controlada Pro Echo.			<u>15.788</u>
Ativos			77.347

	Lafê	Pro Echo	Total
Passivo:			
Fornecedores	397	475	872
Empréstimos bancários e financiamentos	-	526	526
Salários, encargos sociais e férias a pagar	1.022	1.938	2.960
Impostos e contribuições a recolher	513	365	878
Serviços médicos especializados a pagar	3.454	2.070	5.524
Provisão fiscais, previdenciárias, trabalhista e cíveis	-	1.355	1.355
Outras contas	291	<u>956</u>	1.247
Passivos de operações descontinuadas	<u>5.677</u>	<u>7.685</u>	<u>13.362</u>
b) Controladora:			
	Lafê	Pro Echo	Total
Acervo líquido das controladas mantidas para venda	10.583	37.614	48.197
Ágio na Controladora referente aquisição da controlada Pro Echo.			15.788
Investimento mantido para venda (operação descontinuada)	<u>10.583</u>	<u>37.614</u>	<u>63.985</u>

A demonstração do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 das sociedades Pro-Echo e Lafê, e a demonstração do resultado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (reclassificado) da sociedade Pro-Echo, estão representados pela rubrica de operações descontinuadas na demonstração do resultado da Companhia, tem a seguinte composição:

	Lafê	Pro Echo	Total 2014	Pro-Echo 2013
Receita operacional líquida	<u>20.245</u>	22.133	42.378	<u>39.706</u>
Custo dos serviços prestados	(18.008)	(21.103)	(39.111)	(31.587)
Lucro Bruto	2.237	1.030	3.267	<u>8.119</u>
Despesas gerais e administrativas	(1.763)	(9.207)	(10.970)	11.236
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	<u>474</u>	(8.177)	<u>(7.703)</u>	<u>19.355</u>
Resultado financeiro	<u> 166</u>	2.222	2.388	(10.483)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	<u>640</u>	<u>(5.955)</u>	<u>(5.315)</u>	<u>8.872</u>
Imposto de renda e contribuição social	(433)	<u>73</u>	(360)	(2.886)
Lucro líquido (prejuízo) no exercício	<u>207</u>	(5.882)	(5.675)	<u>5.986</u>

A demonstração dos fluxos de caixa líquido apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 das sociedades Pro-Echo e Lafê, tem a seguinte composição:

	Lafê	Pro Echo	Total
Atividades operacionais	(5.898)	88.704	82.806
Atividades de investimentos	(665)	(86.628)	(87.293)
Atividades de financiamentos	8.010	(1.856)	6.154
Caixa líquido gerado	1.447	220	1.667

# 14 Investimentos

# 14.1 - Informações sobre investimentos em empresas controladas

_	Controladora		Conso	lidado
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	26.420	29.733	-	-
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda	100.389	85.981	-	-
Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife				
S.A. (CERPE)	38.433	33.543	-	-
CDPI - Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda. (d)	-	47.368	-	-
CRMI - Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. (d)	-	16.102	-	-
Pro Echo Cardiodata Serviços Médicos Ltda. (e)	-	88.079	-	-
Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. (d)	-	122.884	-	-
Previlab - Analises Clinicas Ltda.	32.262	25.813	-	-
DASA Finance Corporation	4.719	2.795	-	-
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Petrópolis Ltda. (e)	2.031	-	-	-
Dasa Property Participações Ltda.	53	52	-	-
Dasa Nordeste Participações Ltda	-	51	-	-
Dasa Centro Oeste Participações Ltda.	-	51	-	-
Dasa Sudoeste Participações Ltda.	<del>-</del>	51	<del>-</del>	
	204.307	<u>452.503</u>		
Outros investimentos	<u>679</u>	624	803	<u>_786</u>
	<u>204.986</u>	<u>453.127</u>	803	<u>786</u>

Empresa controlada	Data-base	Quantidade de quotas/ações do capital social	Quantidade de ações/quotas possuídas	capital	Capital integralizado	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
DASA Real Estate	31/12/2014 31/12/2013	25.667.079 25.667.079	25.667.078 25.667.078	99,99 99,99	25.667 25.667	26.420 29.733	(2.963) (836)
CientíficaLab	31/12/2014 31/12/2013	108.176.629 70.676.629	89.676.628 53.676.628	82,90 75,95	97.177 70.677	100.389 85.981	(10.592) (12.536)
DASA Finance Corp	31/12/2014 31/12/2013	18.550.000 50.000	18.550.000 50.000	100,00 100,00	41.123 41.123	4.719 2.795	1.924 (12.117)
CERPE	31/12/2014 31/12/2013	122.024 122.024	120.804 120.804	99,00 99,00	122 122	38.433 33.543	6.047 4.544
CDPI (d)	31/12/2014 31/12/2013	1.834.280	1.834.279	- 99,99	18.343	47.368	7.244 8.909
CRMI (d)	31/12/2014 31/12/2013	2.508.000	2.507.999	- 99,99	2.508	16.102	2.376 5.694
Pro Echo (e)	31/12/2014 31/12/2013	47.483.058 131.483.058	47.483.058 91.483.058	100,00 69,58	47.483 131.483	126.405	(5.249) 4.165
Lab. Méd. Dr. Sérgio Franco (d)	31/12/2014 31/12/2013	63.902.082	63.902.081	99,99	63.902	122.884	40.792 69.184
Previlab	31/12/2014 31/12/2013	29.613.314 23.113.314	29.509.743 23.009.743	99,65 99,56	29.613 23.113	32.262 25.813	237 2.778
CRMI Petrópolis (e)	31/12/2014 31/12/2013	1.080.222	756.155 -	70,00	1.080	2.031	360
LAFÊ Serviços							
Diagnósticos Ltda.	31/12/2014 31/12/2013	6.376.316 10.000	6.376.216 9.900	99,99 99,98	10.376	-	207
Dasa Property Part.	31/12/2014 31/12/2013	50.000 50.000	49.500 49.500	99,00 99,00	50 50	53 52	2 2
Dasa Nordeste Part. (f)	31/12/2014 31/12/2013	50.000	49.500	99,00	50	51	1 1
Dasa Centro Oeste Part. (f)	31/12/2014 31/12/2013	50.000	49.500	99,00	50	51	1
Dasa Sudoeste Part. (f)	31/12/2014 31/12/2013	50.000	49.500	99,00	50	- 51	- 1

#### 14.2 - Movimentações dos investimentos

_	Saldo em 31/12/13	Integrali- zação/ (redução) de capital	Cisão parcial	Dividendos Propostos e antecipados (c)	Juros s/ o capital próprio	Incorpor- ação de controladas (d)	Operação desconti- nuada (Nota 13)	Extinção de sociedade	Equiva- lência patri- monial	Saldo em 31/12/14
DASA Real Estate	29.733	<del>-</del>	-	-	(350)	-	-	-	(2.963)	26.420
CientíficaLab	85.981	25.000	-	-	-	-	-	-	(10.592)	100.389
CERPE	33.543	-	-	(1.157)	-	-	-	-	6.047	38.433
CDPI (a)	47.368	36.500	-	(2.227)	(3.004)	(85.882)	-	-	7.245	-
CRMI	16.102	-	-	(1.423)	(543)	(16.512)	-	-	2.376	-
Pro Echo (e)	88.079	(84.000)	-	-	-	38.784	(37.613)	-	(5.250)	-
Lab. Méd. Dr. Sérgio										
Franco (b)	122.884	-	(6.366)	-	(4.262)	(153.048)	-	-	40.792	-
Previlab (a)	25.813	6.500	-	(288)	-	-	-	-	237	32.262
DASA Finance										
Corporation	2.795	-	-	-	-	-	-	-	1.924	4.719
CRMI Petrópolis (e)	-			(186)	-	1.857	-	-	360	2.031
Lafê Serviços										
Diagnósticos (b)	-	4.010	6.366	-	-	-	(10.583)	-	207	-
Dasa Property Part. (f)	52	-	-	(1)	-	-	` <u>-</u>		2	53
Dasa Nordeste Part. (f)	51	-	-	(1)	-	-	-	(51)	1	-
Dasa Centro Oeste				` ´				` '		
Part. (f)	51	-	-	-	_	-	-	(51)	_	-
Dasa Sudoeste Part. (f)	51			=				<u>(51)</u>		
	<u>452.503</u>	(11.990)		(5.283)	<u>(8.159)</u>	(214.801)	(48.196)	<u>(153)</u>	<u>40.386</u>	<u>204.307</u>
Check-UP (Patrimônio líquido negativo) (e)					=	_(3.749)			<u>(710)</u>	(4.459)
	<u>452.503</u>	(11.990)		(5.283)	(8.159)	(218.550)	(48.196)	<u>(153)</u>	<u>39.676</u>	<u>199.848</u>

#### (a) Integralização de capital

CDPI - Em 03 de fevereiro de 2014 a Companhia subscreveu e integralizou 36.500.000 novas quotas ao capital social da controlada CDPI, equivalente a R\$ 36.500, conforme 28ª alteração e consolidação do contrato social de CDPI, tendo sido esta controlada posteriormente incorporada, vide item (e) desta Nota Explicativa.

PREVILAB - Em 03 de fevereiro de 2014 a Companhia subscreveu e integralizou 6.500.000 novas quotas ao capital social da controlada PREVILAB, equivalente a R\$ 6.500, conforme 16ª alteração e consolidação do contrato social de PREVILAB.

#### (b) Cisão Parcial

Em reunião dos sócios realizada em 28 de fevereiro de 2014, da então controlada Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. (Sérgio Franco), foi:

i - ratificada a nomeação e a contratação da APSIS Consultoria e Avaliações Ltda., como empresa especializada para avaliar, por seu valor contábil, a parcela de patrimônio cindido da Sérgio Franco, na data base de 31 de dezembro de 2013, vertido para a Lafê Serviços Diagnósticos Ltda. (Lafê), na data base de 28 de fevereiro de 2014, mediante elaboração de laudo de avaliação, aprovado, sem ressalvas, que apurou o valor da parcela de patrimônio líquido da parte da Sérgio Franco vertida para a Lafê, de R\$ 6.366, constituída pelas

disponibilidades de caixa no montante de R\$ 4.000 e pelos ativos relativos às operações de suas unidades de negócios (estabelecimentos), correspondente ao montante de R\$ 2.366. O critério para avaliação do patrimônio líquido da então controlada Sérgio Franco foi o valor contábil, que levou em consideração os valores dos registros contábeis com base em balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2013.

ii - aprovado o "Protocolo e Justificação de Cisão Parcial de Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. seguida de Incorporação do Acervo Cindido por Lafê Serviços Diagnósticos Ltda.":

iii - aprovada, sem ressalvas, a Cisão Parcial da controlada Sérgio Franco e a incorporação do acervo cindido pela Lafê;

iv – aprovada a redução de capital da então controlada Sérgio Franco no valor de R\$ 6.366, correspondente ao acervo cindido, passando de R\$ 63.902 para R\$ 57.536, com o consequente cancelamento de 6.366.316 quotas da sociedade. Em decorrência desta redução o capital social da então controlada Sérgio Franco passa a ser de R\$ 57.536.

#### (c) Dividendos Propostos e antecipados

Dividendos propostos no montante de R\$ 4.887, correspondente ao resultado apurado no exercício de 2013 e, dividendos antecipados no montante de R\$ 392, referente ao exercício de 2014.

#### (d) Incorporação de controladas

Em AGE realizada em 1º de julho de 2014, foram incorporadas pela Companhia as então controladas: CDPI – Clínica de Diagnóstico por Imagem Ltda.; Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Ltda.; Laboratórios Médicos Dr. Sergio Franco Ltda.; Imagem e Diagnósticos Ltda.; Multimagem PET Ltda.; e Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Caxias Ltda.

- (e) A Companhia passou a controlar diretamente após a incorporação realizada em 1º de julho de 2014, a Pro Echo Cardiodata Ltda. tendo sua participação aumentada de 69,58% para 100%, CRMI Petrópolis para a qual a Companhia não possuía participação direta e passou a ter 70% e Check Up UP Unidade Preventiva, Diagnóstico e Medicina Preventiva Ltda. que também não tinha participação direta passou a ter 99,99%.
- (f) Em reunião do Conselho de Administração realizado em 29 de setembro de 2014, foi aprovada a supressão, mediante a liquidação e extinção, das sociedades controladas diretas da Companhia.

# 15 Imobilizado

		Controladora					
	Taxa média			31/12/13			
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido		
Imóveis	4	1.426	(904)	522	576		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	489.198	(259.692)	229.506	141.761		
Aparelhos e equipamentos	12	504.313	(224.583)	279.730	193.105		
Móveis e utensílios	11	53.963	(23.439)	30.524	28.526		
Instalações	10	65.251	(22.483)	42.768	17.371		
Equipamentos de informática	20	104.262	(59.126)	45.136	52.753		
Veículos	20	3.990	(3.205)	785	835		
Biblioteca	10	184	(129)	55	21		
Terrenos	-	255	- · · · -	255	180		
Imobilizações em andamento	-	23.499		23.499	<u>107.954</u>		
		1.246.341	(593.561)	652.780	543.082		

		Consolidado					
	Taxa média		31/12/14				
	Depreciação % a.a	Custo	Depreciação acumulada	<u>Líquido</u>	Líquido		
Imóveis	4	5.166	(2.122)	3.044	3.248		
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	506.201	(267.628)	238.573	196.010		
Aparelhos e equipamentos	12	521.498	(234.275)	287.223	260.153		
Móveis e utensílios	11	57.523	(25.321)	32.202	37.500		
Instalações	10	66.780	(22.951)	43.829	36.330		
Equipamentos de informática	20	109.063	(62.313)	46.750	57.979		
Veículos	20	5.445	(4.603)	842	978		
Biblioteca	10	195	(138)	57	76		
Terrenos	-	13.529	· · ·	13.529	6.574		
Imobilizações em andamento	-	<u>17.179</u>	<del>-</del>	<u>17.179</u>	<u>121.332</u>		
		1.302.579	<u>(619.351)</u>	<u>683.228</u>	<u>720.180</u>		

# Movimentação do custo

_	Controladora							
-								
-	31/12/13	Adição por incorpo- ração (a)	Adições	Baixas (c)	Transfe- rências (b)	31/12/14		
Imóveis	1.426	-	-	_	-	1.426		
Benfeitorias em imóveis de								
terceiros	344.738	65.465	31.934	(1.907)	48.968	489.198		
Aparelhos e equipamentos	357.011	78.068	65.334	(3.227)	7.127	504.313		
Móveis e utensílios	51.900	6.906	6.460	(12.678)	1.375	53.963		
Instalações	27.596	22.340	9.792	(117)	5.640	65.251		
Equipamentos de				` ,				
informática	120.717	8.028	15.637	(31.327)	(8.793)	104.262		
Veículos	4.112	-	99	(376)	155	3.990		
Biblioteca	117	67	-	-	_	184		
Terrenos	180	-	75	-	_	255		
Imobilizações em andamento	107.954	2.165	24.861	(12.538)	(98.943)	23.499		
	1.015.751	<u>183.039</u>	<u>154.192</u>	(62.170)	<u>(44.471)</u>	1.246.341		

	31/12/13	Adições	Baixas (c)	Transfe- rências (b)	Operação Descontinuada (d)	31/12/14
Imóveis Benfeitorias em imóveis de	5.166	-	-	-	-	5.166
terceiros	422.952	36.414	(4.488)	53.980	(2.657)	506.201
Aparelhos e equipamentos	467.377	73.406	(6.514)	6.294	(19.065)	521.498
Móveis e utensílios	65.332	7.049	(14.924)	1.727	(1.661)	57.523
Instalações	53.383	10.219	(2.415)	8.021	(2.428)	66.780
Equipamentos de						
informática	135.714	16.618	(35.504)	(6.780)	(985)	109.063
Veículos	6.156	132	(999)	156	-	5.445
Biblioteca	203	-	(8)	-	-	195
Terrenos Imobilizações em	6.574	561	-	6.394	-	13.529
andamento	<u>121.332</u>	25.033	(14.690)	(114.314)	<u>(182)</u>	<u>17.179</u>
	1.284.189	<u>169.432</u>	<u>(79.542)</u>	(44.522)	(26.978)	1.302.579

- (a) Incorporação de empresas controladas pela Companhia conforme mencionado na Nota Explicativa 3.
- **(b)** Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma

rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.

- (c) Do total das baixas no imobilizado deve ser considerado que parte se refere aos efeitos do inventário físico do grupo de aparelhos e equipamentos, equipamentos de informática e móveis e utensílios realizado no exercício de 2014, cujo procedimento representa parte do processo de melhoria dos controles internos da Companhia. O efeito no resultado da controladora, no exercício, por conta do inventário realizado foi uma redução de R\$ 57.393 no custo e uma redução de R\$ 40.856 na depreciação acumulada, resultando em uma redução no lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) da controladora de R\$16.537. No consolidado o efeito foi uma redução de R\$ 74.459 no custo e uma redução de R\$ 50.034 na depreciação acumulada, resultando em uma redução no lucro líquido consolidado em R\$ 24.425, sendo R\$ 6.462 registrado na rubrica de Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas e R\$ 17.963 em Outros Despesas Operacionais.
- (d) Operação descontinuada conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

#### Movimentação da depreciação acumulada

	31/12/13	Adição por incorpo- ração (a)	Adições	Baixas (c)	Transfe- rências (b)	31/12/14
Imóveis	(850)	-	(54)	-	-	(904)
Benfeitorias em imóveis de		(19.552)				
terceiros	(202.977)	,	(37.115)	634	(682)	(259.692)
Aparelhos e equipamentos	(163.906)	(30.227)	(41.564)	11.806	(692)	(224.583)
Móveis e utensílios	(23.374)	(1.927)	(5.964)	6.971	855	(23.439)
Instalações	(10.225)	(6.887)	(4.145)	28	(1.254)	(22.483)
Equipamentos de	,	(3.456)	,		· · ·	, , ,
informática	(67.964)	(/	(20.596)	24.240	8.650	(59.126)
Veículos	(3.277)	-	(249)	362	(41)	(3.205)
Biblioteca	(96)	(23)	(10)			(129)
	(472.669)	(62.072)	(109.697)	44.041	6.836	(593.561)

	31/12/13	Adições	Baixas (c)	Transfe- rências (b)	Operação Descontinuada (d)	31/12/14
Imóveis	(1.918)	(204)	-	-	-	(2.122)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(226.942)	(42.073)	1.608	(683)	462	(267.628)
Aparelhos e equipamentos	(220.942) $(207.224)$	(51.405)	14.411	(191)	10.134	(234.275)
Móveis e utensílios	(27.832)	(6.944)	7.892	1.055	508	(25.321)
Instalações	(17.053)	(5.626)	882	(1.946)	792	(22.951)
Equipamentos de						

(21.907)

(128.454)

(281)

(14)

informática

Veículos

Biblioteca

(77.735)

(5.178)

(564.009)

(127)

Consolidado

8.643

(41)

6.837

573

12.469

(62.313)

(619.351)

(4.603)

(138)

(a) Incorporação de empresas controladas pela Companhia conforme mencionado na Nota Explicativa 3.

28.113

53.806

897

- **(b)** Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso
- (c) Do total das baixas no imobilizado deve ser considerado que parte se refere aos efeitos do inventário físico do grupo de aparelhos e equipamentos, equipamentos de informática e móveis e utensílios realizado no exercício de 2014, cujo procedimento representa parte do processo de melhoria dos controles internos da Companhia. O efeito no resultado da controladora, no exercício, por conta do inventário realizado foi uma redução de R\$ 57.393 no custo e uma redução de R\$ 40.856 na depreciação acumulada, resultando em uma redução no lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR) da controladora de R\$16.537. No consolidado o efeito foi uma redução de R\$ 74.459 no custo e uma redução de R\$ 50.034 na depreciação acumulada, resultando em uma redução no lucro líquido consolidado em R\$ 24.425, sendo R\$ 6.462 registrado na rubrica de Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas e R\$ 17.963 em Outros Despesas Operacionais.
- (d) Operação descontinuada conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do imobilizado foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o exercício a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

# 16 Intangível

		Controladora				
	Taxa média		31/12/14		31/12/13	
	Amortização % a.a	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Aquisição de participação – Ágio		2.104.250	(142.396)	1.961.854	1.974.404	
Outros Intangíveis Sistemas de informática Direito de uso de área	20	234.917	(134.217)	100.700	54.669	
comercial Outros ativos intangíveis Projeto de implantação de	20 20	1.433 12.628	(729) (4.482)	704 8.146	611 8.379	
sistemas Desenvolvimento de	20	12.293	(12.293)	-	-	
projetos Marcas Contrato de exclusividade	33 3,3	10.259 236.037	(10.166) (31.876)	93 204.161	93 212.677	
com clientes – Unimagem Relacionamento com	10	9.403	(5.477)	3.926	4.699	
Hospitais	5	35.748	(7.142)	28.606	29.747	
		552.718	(206.382)	346.336	310.875	
		<u>2.656.968</u>	<u>(348.778)</u>	<u>2.308.190</u>	<u>2.285.279</u>	
			Consolie	dado		
	Taxa média Amortização		31/12/14		31/12/13	
	% a.a.	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
				<u> </u>	2344340	
Aquisição de participação – Ágio		<u>2.234.756</u>	(248.574)	<u>1.986.182</u>	2.001.972	
Outros Intangíveis Sistemas de informática Direito de uso de área	20	238.986	(137.592)	101.394	56.719	
comercial					(11	
Outros ativos intangiveis	20 20	1.433 13.978	(729) (4.505)	704 9.473	611 9.706	
Outros ativos intangíveis Projeto de implantação de sistemas	20 20 20	1.433 13.978 12.293	(729) (4.505) (12.293)	704 9.473	9.706 -	
Projeto de implantação de sistemas Desenvolvimento de projetos	20 20 33	13.978 12.293 10.267	(4.505) (12.293) (10.169)	9.473	9.706 - 98	
Projeto de implantação de sistemas Desenvolvimento de projetos Marcas Contrato de exclusividade	20 20 33 3,3	13.978 12.293 10.267 251.161	(4.505) (12.293) (10.169) (32.584)	9.473 - 98 218.577	9.706 - 98 225.597	
Projeto de implantação de sistemas Desenvolvimento de projetos Marcas Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem Relacionamento com	20 20 33 3,3 10	13.978 12.293 10.267 251.161 9.403	(4.505) (12.293) (10.169) (32.584) (5.482)	9.473 - 98 218.577 3.921	9.706 - 98 225.597 4.696	
Projeto de implantação de sistemas Desenvolvimento de projetos Marcas Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	20 20 33 3,3	13.978 12.293 10.267 251.161	(4.505) (12.293) (10.169) (32.584) (5.482) 	9.473 98 218.577 3.921 	9.706 - 98 225.597	
Projeto de implantação de sistemas Desenvolvimento de projetos Marcas Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem Relacionamento com	20 20 33 3,3 10	13.978 12.293 10.267 251.161 9.403	(4.505) (12.293) (10.169) (32.584) (5.482)	9.473 - 98 218.577 3.921	9.706 - 98 225.597 4.696	

# Movimentação do custo

	Controladora								
		N							
	31/12/13	Adição por incorpo-ração (a)	Adições	Baixas	Transfe- rências (b)	31/12/14			
Aquisição de participação – Ágio	2.116.170	<u>6.914</u>		(18.834)		2.104.250			
Outros Intangíveis									
Sistemas de informática	151.836	1.796	37.561	(452)	44.176	234.917			
Direito de uso de área comercial	1.203	-	-	-	230	1.433			
Outros ativos intangíveis	12.628	-	-	-	-	12.628			
Projeto de implantação de sistemas	12.293	-	-	-	-	12.293			
Desenvolvimento de projetos	10.259	-	-	-	-	10.259			
Marcas	236.037	-	-	-	-	236.037			
Contrato de exclusividade com clientes -									
Unimagem	9.403	-	-	-	-	9.403			
Relacionamentos com Hospitais	35.748					<u>35.748</u>			
	469.407	1.796	<u>37.561</u>	<u>(452)</u>	<u>44.406</u>	<u>552.718</u>			
	2.585.577	<u>8.710</u>	<u>37.561</u>	(19.286)	<u>44.406</u>	<u>2.656.968</u>			

_	Consolidado							
-		Movimento do exercício						
-	31/12/13	Adições	Baixas	Transfe- rências (b)	Operação Descontinuada (c)	31/12/14		
Aquisição de participação – Ágio	<u>2.253.591</u>		(18.835)			<u>2.234.756</u>		
Outros Intangíveis								
Sistemas de informática Direito de uso de área	157.519	38.369	(544)	44.244	(602)	238.986		
comercial	1.203	_	-	230	-	1.433		
Outros ativos intangíveis Projeto de implantação de	13.978	-	-	-	-	13.978		
sistemas	12.293	-	-	-	-	12.293		
Desenvolvimento de projetos	10.267	-	-	-	-	10.267		
Marcas	250.567	-	-	594	-	251.161		
Contrato de exclusividade com clientes – Unimagem	9.403	-	-	-	-	9.403		
Relacionamentos com Hospitais	40.488			<u>(594)</u>		39.894		
	495.718	38.369	<u>(544)</u>	44.474	(602)	<u>577.415</u>		
	2.749.309	<u>38.369</u>	<u>(19.379)</u>	<u>44.474</u>	(602)	<u>2.812.171</u>		

- (a) Incorporação de empresas controladas pela Companhia conforme mencionado na Nota Explicativa 3.
- **(b)** Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.
- (c) Operação descontinuada conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

### Movimentação da amortização acumulada

	Controladora						
		N					
	31/12/13	Adição por incorporação (a)	Adições	Baixas	Transfe- rências (b)	31/12/14	
Aquisição de participação – Ágio	(141.766)	(3.676)		<u>3.046</u>		(142.396)	
Outros Intangíveis							
Sistemas de informática	(97.167)	(893)	(29.784)	398	(6.771)	(134.217)	
Direito de uso de área comercial	(592)	-	(137)	-	_	(729)	
Outros ativos intangíveis	(4.249)	-	(233)	-	-	(4.482)	
Projeto de implantação de sistemas	(12.293)	-	-	-	-	(12.293)	
Desenvolvimento de projetos	(10.166)	-	-	-	-	(10.166)	
Marcas	(23.360)	-	(7.868)	-	(648)	(31.876)	
Contrato de exclusividade com clientes -							
Unimagem	(4.704)	-	(775)	-	2	(5.477)	
Relacionamentos com Hospitais	(6.001)		<u>(1.787)</u>		646	<u>(7.142)</u>	
	(158.532)	<u>(893)</u>	(40.584)	<u>398</u>	(6.771)	(206.382)	
	(300.298)	(4.569)	(40.584)	<u>3.444</u>	(6.771)	(348.778)	

	Consolidado								
_									
_	31/12/13	Adições	Baixas	Transfe- rências (b)	Operação Descontinuada (c)	31/12/14			
Aquisição de participação – Ágio	(251.619)		<u>3.045</u>	<del>-</del>		(248.574)			
Outros Intangíveis									
Sistemas de informática	(100.800)	(30.506)	448	(6.789)	55	(137.592)			
Direito de uso de área comercial	(592)	(137)	-	-	-	(729)			
Outros ativos intangíveis	(4.272)	(233)	-	-	-	(4.505)			
Projeto de implantação de sistemas	(12.293)	-	-	-	-	(12.293)			
Desenvolvimento de projetos	(10.169)	-	-	-	-	(10.169)			
Marcas	(24.970)	(8.370)	-	756	-	(32.584)			
Contrato de exclusividade com clientes -									
Unimagem	(4.707)	(775)	-	-	-	(5.482)			
Relacionamentos com Hospitais	(8.185)	(1.206)		<u>(756)</u>		<u>(10.147)</u>			
	(165.988)	(41.227)	448	(6.789)	55	(213.501)			
	<u>(417.607)</u>	(41.227)	3.493	(6.789)	<u>55</u>	<u>(462.075)</u>			

Concolidado

- (a) Incorporação de empresas controladas pela Companhia conforme mencionado na Nota Explicativa 3.
- **(b)** Gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção, instalação e desenvolvimento, que são transferidos para uma rubrica específica no grupo do imobilizado ou intangível quando estão disponíveis para o uso.
- (c) Operação descontinuada conforme mencionado na Nota Explicativa 13.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de bens e/ou serviços vendidos.

Durante o exercício a Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos ativos, bem como não efetuou capitalização de juros.

# 17 Empréstimos e financiamentos

		<b>Controladora</b> Consolida		Controladora		dado	
Modalidade	Encargos médios	Venci- mento final	<u>31/12/14</u>	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Moeda nacional							
Banco do Brasil (a)	111,0% do CDI	01/06/2015	_	_	-	23.884	
Banco do Brasil	108,0% do CDI	10/06/2018	71.650	_	71.650	_	
BNDES - FINAME PSI (ii) (v)	6% a.a.	15/11/2024	7.083	-	7.083	-	
Leasing financeiro – Diversos bancos – Nota 28 (v)	CDI + 2,18% a.a.	26/10/2015	3.797	2	3.797	<u>11.101</u>	
			82.530	2	82.530	34.985	
Moeda estrangeira Financiamentos de							
Equipamentos (i), (ii) e (v)	6,53% a.a.	01/12/2016	1.331	-	1.331	2.808	
Leasing financeiro – Diversos bancos – Nota 28 (ii)	4,51% a.a.	23/03/2016	2.062	8.429	2.062	10.033	
Banco Credit Agricole (b) (iii) (iv)	1,32% a.a.	15/07/2014			80.078	70.623	
			3.393	8.429	83.470	83.464	
Custo da transação – emissão de	notas (c)				<del>-</del>	(1.412)	
			85.923	8.431	166.000	118.449	
Passivo circulante			(34.634)	(6.628)	(114.711)	(100.942)	
Passivo não circulante			51.289	1.803	51.289	<u>17.507</u>	

#### Empresas garantidoras:

- (i) DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.
- (ii) Nota Promissória de 125% do valor do contrato em nome da Companhia.
- (iii) Diagnósticos da América S.A.
- (iv) Fiança bancária e aplicação financeira em garantia são títulos de empresas públicas e privadas adquiridos pela controlada DASA Finance Corporation
- (v) Bem financiado.

Os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas.

- (a) Refere-se a captação de recursos para capital de giro nas controladas incorporadas Sérgio Franco, CDPI e CRMI.
- **(b)** Refere-se a operação de empréstimo na controlada DASA Finance Corporation que teve como a finalidade o exercício da opção de compra da totalidade das notas de emissão da DASA Finance que possuíam vencimento em 2018 (8,75% Senior Notes due 2018).
- (c) O montante dos custos de transação foi apropriado no resultado na data da recompra das Notas.

Os empréstimos bancários e financiamentos, classificados no passivo não circulante, seguindo os prazos de vencimentos contratuais serão amortizados como segue:

	Na controladora e no consolidado
2016 2017 2018 2019 a 2024	18.757 18.027 9.455 5.050
	<u>51.289</u>

A Companhia concedeu avais para as suas controladas conforme apresentado abaixo:

CientificaLab Produtos Lab. e Sistemas Ltda.	Banco Pottencial	492
DASA Finance Corporation	Banco do Brasil	62.421
		62.913

# 18 Debêntures (controladora e consolidado)

	31/12/14	31/12/13
Debêntures não conversíveis Juros remuneratórios	1.041.667 24.589	1.337.500 26.160
	1.066.256	1.363.660
Custo de transação	<u>(3.999)</u> 1.062.257	<u>(6.934)</u> 1.356.726
Circulante	(318.932)	(319.912)
Não circulante	743.325	1.036.814

As Debêntures têm o seguinte prazo para amortização do valor principal da 2ª, 3ª e 4ª Emissões:

29/04/2015	233.333
25/10/2015	62.500
29/04/2016	233.334
25/10/2016	62.500
17/10/2017	225.000
17/10/2018	_225.000
	<u>1.041.667</u>

Em reunião realizada em 16 de março de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a captação de recursos mediante a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, para distribuição pública no valor total de até R\$ 810.000 com regime de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Instrução CVM nº. 476 de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 16 de maio de 2011, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 11 de maio de 2011, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da segunda emissão da DASA. Foram subscritas 70.000 Debêntures, com prazo de 5 anos contados da data de emissão no valor total de R\$ 700.000. As Debêntures contam com remuneração equivalente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI — Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida exponencialmente de sobretaxa correspondente a 1,40%. Sendo a data de emissão o dia 29 de abril de 2011, o valor nominal unitário de cada debênture será pago em 3 parcelas anuais e sucessivas, a partir do 36º mês a contar da data de emissão. O pagamento dos juros remuneratórios é semestral, ocorrendo no dia 1º dos meses de abril e outubro, e o débito na conta corrente da Companhia ocorre um dia antes do vencimento.

#### 3ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da terceira emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 25.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 250.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 01 de novembro de 2012 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 31 de outubro de 2012, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da terceira emissão da DASA. Foram subscritas 25.000 Debêntures, com prazo de 4 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 250.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI — Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 0,80% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 25 de abril de 2013 e o último na Data de Vencimento, sem prejuízo dos pagamentos

em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

O valor nominal unitário será amortizado em 4 parcelas anuais e sucessivas, na seguinte ordem: I. Três parcelas, cada uma no valor correspondente a 25% do valor nominal unitário de cada Debêntures, devidas em 25 de outubro de 2013, 25 de outubro de 2014 e 25 de outubro de 2015; e II. Uma parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das Debêntures, devida em 25 de outubro de 2016.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 31 de outubro de 2012 no montante de R\$ R\$ 250.304 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados (i) para o resgate antecipado da totalidade das notas promissórias comerciais da terceira emissão da Companhia; e (ii) o saldo para reforço do capital de giro da Companhia.

#### 4ª Emissão

Em 13 de setembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a realização da quarta emissão de debêntures pela Companhia, em série única, de até 45.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor total de até R\$ 450.000, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Em 18 de outubro de 2013 a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que encerrou, em 17 de outubro de 2013, a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, da quarta emissão da Companhia. Foram subscritas 45.000 Debêntures, com prazo de 5 anos contados data de emissão, no valor total de R\$ 450.000. As Debêntures não estarão sujeitas a atualização monetária e sobre o saldo devedor do valor nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI — Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,15% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis decorridos, desde a data de integralização, ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A remuneração será paga semestralmente a partir da data de emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último na data de vencimento, sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

A amortização do principal ocorrerá em duas parcelas anuais, no 48° e 60° mês, contado a partir da data de emissão das debêntures.

A liquidação financeira da oferta ocorreu em 16 de outubro de 2013 no montante de R\$ R\$ 450.000 e os recursos líquidos da oferta foram utilizados para reforço de capital de giro e refinanciamento de dívidas.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais conforme segue:

Indicador	Condição contratual (a)	Condição em 31/12/14	Condição em 31/12/13
EBITDA – Últimos 12 meses (b)		416.056	438.248
Resultado Financeiro – Últimos 12 meses		100.971	93.816
Dívida Líquida		788.032	866.207
1- Dívida Líquida / EBITDA - índice máximo			
2ª Emissão	2,50	1,89	1,98
3ª Emissão	3,00	1,89	1,98
4ª Emissão	3,00	1,89	1,98
2- EBITDA / Resultado Financeiro - índice mínimo			
2ª Emissão	2,00	4,12	4,67
3ª Emissão	2,00	4,12	4,67
4ª Emissão	2,00	4,12	4,67

- (a) A Companhia será considerada em não conformidade com essa condição caso extrapole esses limites por dois trimestres consecutivos.
- (b) As informações e *EBITDA*, não fazem parte do escopo de trabalho de auditoria dos auditores independentes.

# 19 Impostos parcelados

		Controladora		Consolidado	
	Término da amortização		31/12/13	31/12/14	31/12/13
REFIS IV – Federal (a)		-	9.678	-	18.853
ICMS - RJ(b)		-	-	-	5.102
ISS – CERPE (c)	2029	-	-	2.973	2.848
Outros	2017	<u>1.367</u>	<u>860</u>	1.542	<u>2.382</u>
		<u>1.367</u>	10.538	<u>4.515</u>	<u>29.185</u>
Circulante		<u>(582)</u>	(1.108)	<u>(956)</u>	(4.293)
Não circulante		<u>785</u>	9.430	<u>3.559</u>	<u>24.892</u>

#### (a) REFIS IV – Parcelamento especial de débitos federais - Lei 11.941/09

Em 01 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. (CERPE), requereu à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a quitação antecipada, na forma da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 15, de 22 de agosto de 2014, dos saldos dos parcelamentos correspondentes aos débitos abrangidos pelos artigos 1º, 2º e 3º da Lei 11941/09 (débitos previdenciários e demais débitos), PAEX 120 e 130. A quitação antecipada foi realizada mediante o pagamento em espécie nos dias 27 e 28 de novembro de 2014 do valor equivalente a 30% do saldo devedor de cada modalidade de parcelamento, e, quitação integral do saldo remanescente mediante a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL, conforme demonstrado a seguir:

	Diagnósticos da América S.A. (Controladora)	CERPE (Controlada)
Saldos dos parcelamentos	12.597	_ 10.144
Pagamento em espécie	(3.779)	(3.043)
Utilização de créditos	<u>(8.818)</u>	(7.101) (i)
Saldos dos parcelamentos	<del>-</del>	<del>-</del>

<sup>(</sup>i) A controlada CERPE utilizou crédito próprio no montante de R\$ 3.586, e, crédito cedido pela sua controladora no montante de R\$ 3.515 através de contrato de mútuo firmado entre as partes em 01 de dezembro de 2014, conforme Nota Explicativa nº 27.

#### (b) Parcelamento ICMS - RJ

Em 08 de outubro de 2014, com base nos benefícios concedidos de redução de multa e demais acréscimos pelo governo do estado do Rio de Janeiro através do Decreto nº 44.780 de 07 de maio de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 1.504, relativo a débitos de ICMS de responsabilidade da antiga gestão da sociedade adquirida CDPI constituídos através de Confissão de Dívida Ativa. A Companhia reconheceu na sua contabilidade este passivo tributário de CDPI em contrapartida à rubrica que representa os créditos oriundos de pagamentos de obrigações de responsabilidade da antiga gestão.

### (c) Parcelamento de ISS – CERPE

A controlada CERPE, no ano de 2009, optou por usufruir dos benefícios trazidos pela Lei nº 17.384/2007, do Município de Recife/PE. A referida lei trouxe, como benefícios, a remissão de 60% do valor de principal, além da remissão total de multas e juros relativos a diversos débitos de ISS que a controlada já possuía em parcelamento especial anterior, também concedido pelo município do Recife. Além dos benefícios já mencionados, a lei em questão possibilitou também a quitação em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas, de modo que o parcelamento em questão será totalmente pago em 2029.

## 20 Contas a pagar por aquisições de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com as cláusulas contratuais:

		Controladora Cons		Controladora		idado
	<u>Atualização</u>	Vencimento	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Não garantida por aplicações financeiras	IPCA-IGPM- Selic	05/2016	8.493	10.566	8.493	10.566
Garantida com aplicações financeiras	(a)	11/2016 e 04/2017	15.427	26.184	<u>25.555</u>	<u>37.793</u>
			23.920	36.750	34.048	48.359
Circulante			(3.783)	(1.689)	(3.783)	(1.689)
Não circulante			20.137	35.061	<u>30.265</u>	<u>46.670</u>

(a) Atualizada à taxa média de 100,78% do CDI (102,25% do CDI em 31 de dezembro de 2013) em fundos de renda fixa, e 100,01% do CDI (100,01% do CDI em 31 de dezembro de 2013) em CDB / operações compromissadas, que são administrados por instituições financeiras, conforme Nota Explicativa nº 9.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2016 2017 a 2020	20.021 116	25.989 4.276
Total	20.137	30.265

### 21 Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

	Controladora				
	31/12/14		31/12/1	13	
	<u>Provisão</u>	Depósito judicial	<u>Provisão</u>	Depósito judicial	
ICMS sobre importação (a)	5.692	1.653	4.942	54.696	
Contingências trabalhistas e cíveis (b)	17.586	12.936	6.496	9.677	
Contingências tributárias (c)	<u>35.776</u>	46.678	<u>26.056</u>	<u>26.322</u>	
	<u>59.054</u>	<u>61.267</u>	<u>37.494</u>	90.695	
		Consolid	lado		
	31/12/	14	31/12/	/13	
	<u>Provisão</u>	Depósito <u>judicial</u>	<u>Provisão</u>	Depósito <u>judicial</u>	
ICMS sobre importação (a)	5.692	1.653	4.942	54.696	
Contingências trabalhistas e cíveis (b)	17.676	13.948	6.997	13.121	
Contingências tributárias (c)	<u>36.508</u>	47.333	<u>28.506</u>	<u>27.723</u>	
	<u>59.876</u>	<u>62.934</u>	<u>40.445</u>	<u>95.540</u>	

#### (a) ICMS sobre importação

A Companhia, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos, não vinha recolhendo desde fevereiro de 2000 o ICMS na importação de insumos e equipamentos para utilização na prestação de seus serviços, uma vez que se discute se a Companhia é contribuinte do ICMS nessas transações. Para os montantes de ICMS a recolher sobre importações de insumos e equipamentos realizadas até a promulgação da Emenda Constitucional 33 de 11 de dezembro de 2001, os assessores jurídicos externos entendem que as chances de perda são remotas, já para os montantes de ICMS a recolher gerados entre a Emenda Constitucional 33 e a edição da Lei Complementar 114, de 16 de dezembro de 2002, foi atribuído o grau de risco de perda como possível, assim como para as importações de equipamentos realizadas na modalidade de arrendamento mercantil. Por fim, após a edição da Lei Complementar nº 114 de 16 de dezembro de 2002, os advogados externos entendem que as chances de perda são prováveis, para os quais a Companhia mantém uma provisão no montante de R\$ 5.692 em 31 de dezembro de 2014, com depósitos judiciais no montante de R\$ 1.653, ambos atualizados pela SELIC.

Do montante de R\$ 54.696 que representava o saldo atualizado em 31 de dezembro de 2013 dos valores depositados em juízo, R\$ 53.732 correspondia ao montante atualizado do depósito realizado em dezembro de 2011 (valor original do depósito R\$ 46.849) referente aos valores de ICMS cobrados sobre as importações diretas de insumos e equipamentos desembaraçadas no Estado de São Paulo, não autuadas, pleiteando o direito de quitação do imposto por pagamento

espontâneo, sem a incidência de multas e com redução de juros, mantendo-se os critérios de apuração dos valores para provisão de perdas. Em razão de a Companhia ter liquidado em função de adesão ao PEP do ICMS/SP no exercício de 2013, o qual contemplou todos os débitos fiscais garantidos por este depósito, requereu em juízo o levantamento deste montante depositado em juízo. Em 25 de fevereiro de 2014, a Companhia, concluiu os trâmites relativos ao levantamento dos valores de ICMS cobrados sobre as importações diretas depositados em juízo em dezembro de 2011 nos autos do MS nº 0046827-27.2011.8.26.0053.

#### (b) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia era parte em 1.628 ações trabalhistas (1.306 em 31 de dezembro de 2013) e em 1.233 ações cíveis administrativas e judiciais (1.122 em 31 de dezembro de 2013). As provisões de R\$ 17.586 (R\$ 6.496 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R\$ 17.676 (R\$ 6.997 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, são baseadas no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável e possível. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2014 o montante consolidado de R\$ 89.304 (R\$ 109.260 em 31 de dezembro de 2013) referentes a processos classificados pelos seus assessores legais como de perda possível, dos quais R\$ 23.011 se referem a questões cíveis e R\$ 66.293 a questões trabalhistas. A Companhia não provisiona os valores do risco estimado nos processos que são de responsabilidade dos vendedores das sociedades adquiridas que correspondem a (i) R\$ 2.555 relativo a ações trabalhistas, e, (ii) R\$ 4.446 relativo à ações cíveis administrativas e judiciais, que estão garantidos por aplicações financeiras, conforme informado na Nota Explicativa 9 (a).

A Companhia também é parte, em conjunto com uma empresa operadora de plano de saúde, num processo com pedido de indenização por lucros cessantes e danos morais em decorrência de suposta infração concorrencial. Foi apresentada contestação e impugnação do valor da causa e os autores apresentaram réplicas, tendo sido determinada a realização de perícia contábil e de engenharia. O valor atribuído à causa pelo autor é de R\$ 61.815 em 07 de dezembro de 2007. A probabilidade de perda é possível em relação a matéria discutida e ainda não há como estimar o valor de perda para a Companhia. Houve perícia contábil realizada pelo perito do juízo concluindo que os lucros cessantes pleiteados seriam de R\$ 4.500, aplicáveis à operadora de plano de saúde e não à Companhia.

Em relação a questões trabalhistas classificadas como de perda possível, destacamos a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro onde foram citadas a Companhia e Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., sociedade incorporada pela Companhia em 01 de julho de 2014, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos, vinculados à referidas empresas médicas, em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000 em 10 de setembro de 2012. Em 26 de junho de 2014, a Companhia divulgou novo Fato Relevante divulgando que foi proferida sentença em primeira instância totalmente favorável à Companhia. O Ministério Público apresentou recurso face a decisão que aguarda julgamento. A avaliação de seus assessores jurídicos e da Administração é que a perda é possível.

#### (c) Provisões para contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias no montante de R\$ 35.776 (R\$ 26.056 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R\$ 36.508 (R\$ 28.506 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado, correspondem a (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. Tais questionamentos abrangem,

basicamente, as contribuições ao PIS, COFINS, INSS e FGTS. A Companhia possuía ainda em 31 de dezembro de 2014, o montante consolidado de R\$ 282.275 (R\$ 265.768 em 31 de dezembro de 2013), referente a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 112.000 referente a processos de ICMS sobre importações de equipamentos na modalidade leasing e importações diretas de insumos e equipamentos realizados entre a EC 33 (editada em dezembro de 2001) e a Lei Complementar 114 (editada em dezembro de 2002), e, R\$ 170.823 refere-se a outros processos tributários de PIS, COFINS, IRPJ e ISS. A Companhia não provisiona também os valores do risco estimado nos processos que são de responsabilidade dos vendedores das sociedades adquiridas que correspondem a R\$ 4.730 relacionados, basicamente, a ICMS, INSS, IRPJ e CSLL, que estão garantidos por aplicações financeiras, conforme informado na Nota Explicativa 9 (a).

Movimentação das provi	sões para contingências Controladora					
	31/12/13		Movimento do	exercício		31/12/14
	Saldo final	Adição por incorpo- raçao(a)	Adição a provisão(b)	Utilização	Atuali- zação	Saldo final
ICMS sobre importação Provisão para contingências	4.942	-	-	(171)	921	5.692
trabalhistas e cíveis Provisão para contingências	6.496	-	24.007	(14.823)	1.906	17.586
tributárias	<u>26.056</u>	<u>776</u>	7	(415)	9.352	<u>35.776</u>
	<u>37.494</u>	<u>776</u>	24.014	(15.409)	<u>12.179</u>	<u>59.054</u>
			Consoli	idado		
	31/12/13		Movimento d	lo exercício		31/12/14
	Saldo final	Operação desconti- nuada (c)	Adição a provisão (b)	Utilização	Atuali- zação	Saldo final
ICMS sobre importação Provisão para contingências	4.942	-	-	(171)	921	5.692
trabalhistas e cíveis Provisão para contingências	6.997	(413)	24.009	(14.823)	1.906	17.676
tributárias	<u>28.506</u>	(943)	7	<u>(415)</u>	9.353	<u>36.508</u>
	<u>40.445</u>	(1.356)	<u>24.016</u>	(15.409)	<u>12.180</u>	<u>59.876</u>

- Adição à provisão da controladora devido à incorporação societária realizada em 01 de julho (a) de 2014 de sociedades controladas conforme Nota Explicativa 3 (a).
- A constituição de provisão adicional para contingências trabalhistas e cíveis se refere a novos **(b)** processos movidos contra a Companhia no exercício em conformidade com o histórico de perdas.

(c) As provisões para contingências trabalhistas, cíveis e tributárias da controlada Pro-Echo foram reclassificadas para a rubrica de passivos de operação descontinuada, em razão da aprovação, pelo conselho de administração em reunião realizada em 27 de dezembro de 2014, da alienação das quotas representativas de 100% do capital social das controladas Pro-Echo e Lafê, conforme Nota explicativa 13.

### 22 Patrimônio líquido

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é de R\$ 2.234.135, representado por 311.803.015 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na sua subscrição, em conformidade com o disposto no art. 172 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e nos termos do art. 9º do Estatuto Social da Companhia.

O limite de aumento do capital social autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações, é de 560.000.000 de ações ordinárias.

### a. Composição Acionária (informação não auditada)

Controladores, administradores e ações em circulação no mercado:

Posição em 31 de dezembro de 2014 Acões ON % Total de Ações % Acionistas (Unid.) (Unid.) Controladores 224.308.396 71,94% 224.308.396 71,94% Conselho de Administração 7.472.934 2,40% 7.472.934 2,40% Diretoria 83.538 0,03% 83.538 0,03% Comitê de Auditoria Estatutário 1 0,00% 1 0,00% Ações em tesouraria 1.052.459 0,34% 1.052.459 0,34% 25,30% Ações em circulação no mercado 78.885.687 25,30% 78.885.687 100,00% 100,00% Total de Ações 311.803.015 311.803.015

Posição em 31 de dezembro de 2013

Acionistas	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Conselho de Administração	7.470.953	2,40%	7.470.953	2,40%
Diretoria	69.866	0,02%	69.866	0,02%
Comitê de Auditoria Estatutário	1	0,00%	1	0,00%
Ações em tesouraria	1.159.035	0,37%	1.159.035	0,37%
Ações em circulação no mercado	303.103.160	97,21%	303.103.160	97,21%
Total de Ações	311.803.015	100,00%	311.803.015	100,00%

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

#### Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

### b. Pagamento baseado em ações

O Conselho de Administração aprovou em 07 de dezembro de 2010 um novo Plano de outorga de Ações para administradores e empregados da Companhia ("Novo Plano") e no dia 16 de dezembro de 2010 estabeleceu as principais diretrizes para esse Novo Plano.

O Novo Plano foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 05 de janeiro de 2011, nesta mesma data, em reunião de Conselho de Administração foi aprovada a outorga de ações no âmbito do Novo Plano e o primeiro programa de outorga de ações que, dentre outras questões, elegeu os beneficiários.

O Conselho de Administração aprovou em 09 de maio de 2011 a eleição dos beneficiários do Novo Plano, e, observados os termos e condições estabelecidos no Primeiro Programa, a Diretoria celebrou os respectivos contratos de outorga de opções de ações com cada um dos beneficiários.

Cada Beneficiário, cumpridas as condições previstas no plano, receberá Opções para aquisição ou subscrição de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, em número correspondente ao percentual de até 250% (duzentos e cinquenta por cento) de Ações Próprias (adquiridas pelos beneficiários), sendo que os percentuais individuais para cada Beneficiário são definidos pelo Conselho de Administração e constam do Contrato celebrado com cada beneficiário.

Além do valor investido pelo Beneficiário para aquisição das Ações Próprias, não será exigida outra contraprestação em dinheiro do Beneficiário para o exercício do benefício, sendo que referido preço está consubstanciado na obrigação do Beneficiário em adquirir e manter as Ações Próprias em carteira (sob sua titularidade) pelo período de 3 (três) anos após a aquisição das mesmas.

As Opções somente poderão ser exercidas pelos Beneficiários, total ou parcialmente, após o decurso de 3 (três) anos completos a contar da data de celebração do Contrato (prazo de *Vesting*).

Respeitado o prazo de *Vesting*, o Beneficiário poderá exercer seu direito, total ou parcialmente, mediante comunicação por escrito à Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de término do prazo de *Vesting*, respeitados os requisitos, datas e periodicidades específicas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

#### Movimentação no exercício das opções outorgadas em maio de 2011

	<u>Ações ON</u>	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	92.754	1.350
Adições	13.822	301
Liquidação (a)	(106.576)	(1.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2014		

(a) Em reunião do conselho de administração realizada em 27 de maio de 2014, foi aprovada a transferência, em operações privadas, de 106.576 ações em tesouraria aos beneficiários e titulares de opções de compra de ações no âmbito do referido Primeiro Programa, as quais foram outorgadas e exercidas de acordo com seus termos e condições, em observância ao disposto no item 5 do Primeiro Programa, e conforme facultado pelo artigo 3°, inciso II, da Instrução CVM 390, de 8 de julho de 2003. Considerando o valor de R\$ 15,49 por ação no fechamento do pregão realizado na BM&FBovespa em 27 de maio de 2014, foi registrado o montante de R\$ 1.651 a título de liquidação das opções outorgadas em maio de 2011.

#### Movimentação no exercício das opções outorgadas em junho de 2012

No mês de junho de 2012 a Diretoria celebrou contratos de outorga de opções de ações aos beneficiários do plano. A quantidade de ações outorgadas inicialmente foi de 259.959 ações ON, atualmente são 192.947 (212.465 em 31 de dezembro de 2013) ações ON outorgadas considerando os contratos cancelados até 31 de dezembro de 2014, com prazo de *Vesting* até junho de 2015.

	Ações ON	<u>R\$</u>	Valor da ação
Saldo em 31 de dezembro de 2013	107.592	1.567	14,56
Cancelamentos	(13.113)	(184)	
Adições	67.604	422	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>162.083</u>	1.805	11,14

## c. Ações em tesouraria

Descrição da operação	Quantidade de ações	Valor	Preço médio por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.159.035	18.617	16,06
Transferência (a)	(106.576)	(1.712)	16,06
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.052.459	<u>16.905</u>	16,06

(a) Transferência refere-se a liquidação das opções outorgadas no montante de R\$ 1.651, conforme divulgado no item (a) desta nota, e acrescido de R\$ 61 referente ajuste ao valor médio histórico por ação das ações em tesouraria, registrado contra a rubrica de Reserva Especial de Ágio na Incorporação.

### d. Lucro por ação

#### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	82.289	131.301
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas Média ponderada das ações em tesouraria Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	311.803 (1.052) 310.751	311.803 (1.159) 310.644
Lucro básico por ação - R\$	0,26481	0,42267

#### Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: as opções do plano de opção de compra de ações, divulgado no item (a) desta nota.

	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	82.289	131.301
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação Ajuste por opções de compra de ações Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro	310.751 193	310.644 319
diluído por ação	310.944	310.963
Lucro diluído por ação - R\$	0,26464	0,42224

#### e. Capital social

Em sessão de julgamento realizada em 16 de julho de 2014 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), foi aprovada a aquisição de ações ordinárias da Companhia pela Cromossomo Participações II S/A, em decorrência da qual Edson de Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno (acionistas detentores, indiretamente, da totalidade do capital social da Cromossomo), passam a controlar, direta e indiretamente, mais de 70% do capital da Companhia, conforme objeto do Ato de Concentração 08700.002372/2014-07. Referida aprovação pelo CADE foi condicionada ao cumprimento de Acordo em Controle de Concentrações ("ACC"), mecanismo da atual lei de defesa da concorrência (Lei 12.529/11) que equivale ao antigo Termo de Compromisso de Desempenho, aplicado sob a vigência da Lei 8.884/94.

O ACC obriga os acionistas da Cromossomo a aderirem formalmente às obrigações já previstas no Termo de Compromisso de Desempenho celebrado pela Companhia com o CADE, nos autos do Ato de Concentração nº 08012.010038/2010-4, o qual analisou a associação da Companhia, MD1 Diagnósticos S.A. e outras, conforme informado em Fato Relevante divulgado pela Companhia em 04 de dezembro de 2013.

### f. Dividendos e Juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios.

Lucro líquido do exercício – Controlador	82.289
Constituição da reserva legal	(4.114)
Base para distribuição de dividendos	78.175
Proposta de dividendos	
±	10.544
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	19.544

#### Orçamento de capital e destinação da reserva de retenção de lucros

Em relação ao orçamento de capital do exercício de 2014, informamos que a Companhia cumpriu com o orçamento aprovado na AGO realizada em 28 de abril de 2014, onde os recursos foram investidos na expansão orgânica e reforma de unidades de atendimento, modernização tecnológica, desenvolvimento de sistemas e outros. A Administração da Companhia submeterá à apreciação dos Acionistas, na próxima Assembleia Geral Ordinária, a proposta de destinação do saldo de lucros retidos no balanço do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como de orçamento de capital do ano de 2015, observadas a legislação societária vigente e as disposições constantes de seu estatuto social, conforme se segue:

	(informação não auditada)
Aplicações:	em 2015:
Expansão orgânica, reformas e equipamentos de RDI	288.441
TI – Modernização, desenvolvimento e manutenção.	81.744
Outros	23.677
Total das aplicações	<u>393.862</u>
Fontes:	
Reserva de lucro	58.631
Caixa parcial estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2015 (não auditado)	335.231
Total das fontes	393.862

Parte dos recursos necessários para investimentos (conforme demonstrado acima) serão financiados pela geração operacional de caixa durante o ano de 2015. Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, consequentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

### 23 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Os impostos estão sendo calculados pelo regime do lucro real, exceto para as controladas Multi-Imagem Petrópolis e Dasa Property, nas quais é adotado o regime do lucro presumido.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	121.636	167.974	147.725	194.037
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	(41.356)	(57.111)	(50.227)	(65.972)
Exclusões ( adições ) permanentes				
Resultado de Equivalência patrimonial	13.490	23.727	-	_
Juros sobre capital proprio	(2.774)	(1.274)	_	_
Despesas indedutíveis	(8.663)	(1.698)	(11.336)	(1.840)
Outros Ajustes				
Resultado de empresa controlada no exterior	_	_	654	(4.120)
Lucro Presumido	_	_	277	1.055
Amortização de ágio sobre incorporação reversa	_		2,,,	-
- Dasa Brasil Participações	-	_	764	1.529
Outros	(44)	(317)	465	907
	(39.347)	(36.673)	(59.403)	(68.441)
Imposto de renda e contribuição social correntes	_	_	(21.175)	(36.045)
Impostos diferidos	(39.347)	(36.673)	(38.228)	(32.396)
Total	(39.347)	(36.673)	(59.403)	(68.441)
Aliquota Efetiva	-32%	-22%	-40%	-35%

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2014 e 2013 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

#### Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Balanço Patrimonial Controladora		Resultado Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	
Prejuízo fiscal e base negativa	198.309	169.286	29.023	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosa	15.045	15.748	(703)	
Provisão serviços médicos especializados	11.402	9.820	1.582	
Provisões diversas	1.997	5.701	(3.704)	
Provisões para obsolescência	317	-	317	
Provisão para contingências	15.892	7.767	8.125	
Outros	3.045	622	2.423	
Amortização de ágio	(281.385)	(194.206)	(87.179)	
Intangível identificado nas aquisições de participações	(80.616)	(84.218)	3.602	
Revisão da vida útil do imobilizado	(8.559)	(11.870)	3.311	
Outros	(7.239)	(861)	(6.378)	
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	(131.792)	(82.211)		
Despesa de imposto de renda e constribuição social diferido			(49.581)	
Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :				
Ativo fiscal diferido	-	-		
Passivo fiscal diferido	(131.792)	(82.211)		
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	(131.792)	(82.211)		
Reconciliação do Passivo fiscal diferido	31/12/14			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(82.211)			
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(39.347)			
Imposto resultado de incorporação	2.098			
Impostos diferidos utilizado na liquida do Refis IV	(12.332)			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(131.792)			

	Consonado		Consolidado	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	
Prejuízo fiscal e base negativa	240.628	208.656	31.972	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosa	20.539	22.874	(2.335)	
Amortização de ágio	7.936	18.850	(10.914)	
Provisão serviços médicos especializados	11.512	12.252	(740)	
Provisões diversas	2.094	5.701	(3.607)	
Provisões para obsolescência	386	-	386	
AVP - Titulos a receber de longo prazo	301	-	301	
Provisão para contingências	16.146	8.634	7.512	
Outros	3.045	773	2.272	
Amortização de ágio	(282.016)	(195.385)	(86.631)	
Intangível identificado nas aquisições de participações	(85.904)	(89.728)	3.824	
Revisão da vida útil do imobilizado	(9.250)	(9.144)	(106)	
Outros	(7.238)	(7.692)	454	
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	(81.821)	(24.209)		
Despesa de imposto de renda e constribuição social diferido			(57.612)	
Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira :				
Ativo fiscal diferido	53.028	58.002		
Passivo fiscal diferido	(134.849)	(82.211)		
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	(81.821)	(24.209)		
Reconciliação do Passivo fiscal diferido	31/12/14			
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	(24.209)			
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(38.228)			
Impostos diferidos utilizado na liquida do Refis IV	(15.919)			
Baixa por operação descontinuada - contas patrimoniais	(3.429)			
Baixa por operação descontinuada - contas partificinais  Baixa por operação descontinuada - no resultado	(36)			
	·			

Balanço Patrimonial

Consolidado

Resultado

Consolidado

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

(81.821)

Saldo em 31 de dezembro de 2014

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos impostos diferidos durante o exercício de 2014.

Com relação aos tributos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL consolidadas, a Administração estima recuperar os créditos tributários nos próximos 8 (oito) anos, conforme quadro de previsão de realização:

Crédito fiscal acrescido/ (utilizado) anualmente	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
Imposto de Renda	(2.676)	(8.142)	(11.471)	(19.599)	(30.905)	(50.300)	(53.840)	(45.559)	(222.491)
Contribuição Social	(963)	(2.931)	(4.130)	(7.056)	(11.126)	(18.108)	(19.382)	(16.401)	(80.097)
	(3.639)	(11.073)	(15.601)	(26.655)	(42.031)	(68.407)	(73.222)	<u>(61.960)</u>	(302.588)

# 24 Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Custo com pessoal	428.077	343.310	532.307	473.095
Custo com material	388.431	288.900	492.202	438.929
Custo com serviços e utilidades	610.494	506.902	691.145	647.134
Custo com depreciações e amortizações	92.173	75.049	107.455	97.632
Gastos gerais	28.446	18.706	33.956	26.261
	1.547.621	1.232.867	1.857.065	1.683.051

# 25 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com pessoal Provisão para participação nos lucros e	199.828	166.713	242.801	221.669
resultados e bônus	31.748	25.340	34.668	25.340
Serviços e utilidades	94.442	64.376	118.788	97.953
Propaganda e publicidade	15.341	12.102	16.448	14.271
Fretes	40.397	34.288	45.934	39.817
Depreciações e amortizações	58.103	48.360	59.905	52.763
Impostos e taxas	1.062	2.920	1.848	5.492
Provisões diversas (a)	24.092	6.271	25.394	7.455
Despesas gerais	<u>26.507</u>	20.635	30.682	30.937
	<u>491.520</u>	<u>381.005</u>	<u>576.468</u>	<u>495.697</u>

<sup>(</sup>a) Provisão adicional de contingências trabalhistas e cíveis conforme nota explicativa nº 21.

#### 26 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta através da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

#### Estrutura do gerenciamento de risco

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração, comitês institucionais, como o comitê de auditoria, o qual é responsável, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e Compliance (no que tange a regulamentos normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Para gerar um ambiente de controle condizente com a importância dos negócios, a Companhia investe no fortalecimento interno de comunicação, disseminando o conceito de gestão de riscos entre os colaboradores. A gestão de riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análise de sensibilidade, indicadores de suficiência de capital, entre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto-avaliação de riscos, avaliações de qualidade e testes conduzidos pela auditoria

interna para avaliação da eficácia e eficiência do sistema de controles internos, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

#### Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.
- b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, através de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

A Companhia adota práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos estabelecidos em sua Política Interna para Gestão de Risco de Recursos Financeiros ("Política"), com o intuito de assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de seus instrumentos financeiros expostos aos riscos. Estas práticas consistem no acompanhamento periódico das condições contratadas pela Companhia em comparação às condições vigentes no mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais à Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (stress test), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às originais, de forma a se avaliar a elasticidade

destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

## • Risco de liquidez

a ....

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- a) Gerenciamento de caixa de curto prazo Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);
- b) Gerenciamento de caixa de longo prazo Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, através da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e através da comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5°. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- c) Manutenção de um caixa mínimo Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;
- d) Limites de exposição e mitigadores de riscos A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados em 31 de dezembro de 2014:

Consolidado	Vencimento					
Operação	2015	2016	2017 a 2018	2019 em diante	Total	
Fornecedores	116.275	_		_	116.275	
Empréstimos bancários e financiamentos	114.711	18.757	27.482	5.050	166.000	
Debêntures	318.932	294.817	448.508	0	1.062.257	
Impostos parcelados	956	676	701	2.182	4.515	
Contas a pagar por aquisição de controladas	3.783	<u>25.989</u>	4.160	<u>116</u>	34.048	
	<u>554.657</u>	<u>340.239</u>	<u>480.851</u>	<u>7.348</u>	1.383.095	

#### • Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará através do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia e suas subsidiárias estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos na controladora no montante de R\$44.366 (R\$ 46.318 em 31 de dezembro de 2013) representativos de 7,22% (10,62% em 31 de dezembro de 2013) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, e no consolidado R\$ 60.819 (R\$ 67.486 em 31 de dezembro de 2013) representativos de 8,80% (10,56% em 31 de dezembro de 2013) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 966.197 (R\$ 1.175.059 em 31 de dezembro de 2013) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

#### • Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas:
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

O cumprimento com as normas da Companhia é apoiado por um processo de avaliação contínua da qualidade e um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna. Os resultados das análises da Auditoria Interna são discutidos com a administração da unidade de negócios relacionada, e com reportes efetuados ao CAE e administração da Companhia.

#### Gestão de capital

A Companhia monitora o nível de alavancagem financeira, a fim de manter uma estrutura de capital adequada à operação e reduzir o custo do endividamento. O índice de alavancagem utilizado corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido total.

A alavancagem financeira consolidada em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

	31/12/14	31/12/13
Empréstimos e financiamentos (a)	166.000	118.449
Debêntures (a)	1.062.257	1.356.726
Instrumentos financeiros derivativos		(107)
Total da dívida bruta	1.228.257	1.475.068
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante	(440.225)	(608.861)
Dívida líquida	<u>788.032</u>	866.207
Patrimônio líquido	2.772.166	2.708.810
Índice	0,28427	0,31977

#### (a) Os valores estão informados líquidos dos custos de transação.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

A Companhia está sujeita a níveis máximos de endividamento nos termos da Nota Explicativa nº 18.

## Instrumento financeiro por categoria

O quadro abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia por categoria. Os valores justos dos instrumentos financeiros apresentados não variam significativamente dos saldos apresentados no balanço da Controladora e do Consolidado.

	Controladora					
		31/12/14			31/12/13	i
Descrição	Valor justo por meio do resultado	Emprés- timos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	timos e	Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	307.368	-	-	512.755	-	-
Depósitos judiciais	61.267	-	-	90.695	-	-
Contas a receber de clientes Derivativos	<u>-</u>	570.501	<u>-</u>	<u>107</u>	390.155	- 
Ativos	368.635	<u>570.501</u>	<u> </u>	603.557	<u>390.155</u>	<del>-</del>
Fornecedores Empréstimos bancários e	-	-	108.714	-	-	45.804
financiamentos	-	-	85.923	-	-	8.431
Debêntures	-	-	1.062.257		-	1.356.726
Impostos parcelados	-	-	1.367	-	-	10.538
Contas a pagar por aquisição de controladas			23.920			36.750
Passivos		=	<u>1.282.181</u>			<u>1.458.249</u>

	31/12/14				 }	
Descrição	Valor justo por meio do resultado	Emprés- timos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado		Custo amortizado
Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras	465.780	-	-	646.654	-	-
Depósitos judiciais	62.934		-	95.540	-	-
Contas a receber de clientes Derivativos		629.506		<u> </u>	572.202	
Ativos	<u>528.714</u>	<u>629.506</u>	<del>-</del>	<u>742.301</u>	<u>572.202</u>	
Fornecedores Empréstimos bancários e	-	-	116.275	-	-	65.479
financiamentos	-	-	166.000	-	-	118.449
Debêntures	-	-	1.062.257	-	-	1.356.726
Impostos parcelados Contas a pagar por aquisição de	-	-	4.515	-	-	29.185
controladas			<u>34.048</u>			48.359
Passivos			1.383.095			1.618.198

Consolidado

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 445.721 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 625.786 em 31 de dezembro de 2013).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve alteração de classificação de níveis durante o exercício de 2014.

#### Valores estimados de mercado

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicadas individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas pelos sites da BM&FBovespa e ANBIMA.

Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

#### Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para Empréstimos bancários e financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com base em expectativas divulgadas pelo relatório FOCUS/Bacen de 26/12/2014, foi obtida a projeção para os próximos 12 meses, cuja média foi de 12,47% para o CDI e R\$ 2,71 para a taxa de câmbio (R\$/US\$).

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014.

			Cenário I		
Operação	Saldo em 31/12/14	Risco (a)	(Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	84.405	Dólar	(1.710)	21.101	42.203
			2,71	1,99	1,33
Aplicação Financeira	361.316	CDI	45.056	33.792	22.528
			12,47%	9,35%	6,24%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A database utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2014, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Cenário I		
Operação	Saldo em 31/12/14	Risco (a)	(Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	1.066.256	CDI	132.962	166.203	199.443
			12,47%	15,59%	18,71%
Financiamento de capital de giro	71.650	CDI	8.935	11.168	13.402
de gno	71.030	CDI			
			12,47%	15,59%	18,71%
Financiamento de capital					
de giro	80.078	Dólar	1.622	20.019	40.039
			2,71	3,32	3,98

#### (a) Taxa sujeita à variação

# Valor justo

Con	tro	ad	ora
-----	-----	----	-----

	31/12/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
ATIVO				
Aplicações Financeiras	290.245	290.245	497.929	497.929
Depósitos judiciais	61.267	61.267	90.695	90.695
Clientes	570.501	570.501	390.155	390.155
Derivativos	-	-	107	107
PASSIVO				
Fornecedores	108.714	108.714	45.804	45.804
Debêntures	1.062.257	1.054.967	1.356.726	1.365.658
Empréstimos e financiamentos:				
Demais empréstimos bancários	85.923	85.934	8.431	8.431

## Consolidado

	Consolidado			
	31/12	2/14	31/12	2/13
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
ATIVO				
Aplicações Financeiras	445.721	445.721	625.786	625.786
Depósitos judiciais	62.934	62.934	95.540	95.540
Clientes	629.506	629.506	572.202	572.202
Derivativos	-	-	107	107
PASSIVO				
Fornecedores	116.275	116.275	65.479	65.479
Debêntures	1.062.257	1.054.967	1.356.726	1.365.658
Empréstimos e financiamentos:				
Empréstimo bancário - Banco do Brasil	71.650	71.661	23.884	23.954
Empréstimo bancário - Credit Agricole	80.078	80.078	70.623	70.623
Demais empréstimos bancários	14.272	14.272	23.942	23.942
	<u>166.000</u>	<u>166.011</u>	<u>118.449</u>	<u>118.519</u>

## 27 Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia manteve operações inseridas no contexto operacional normal com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

# a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e empresas relacionadas

	31/12/14	31/12/13
Ativo circulante – Clientes		
CientificaLab	684	63
CERPE	197	78
Previlab	77	59
Lafê	<u>2,843</u>	
	<u>3.801</u>	<u>200</u>
Passivo circulante - Outras contas a pagar		
DASA RE (i)	82	73
Sérgio Franco (ii)	<del></del>	2.687
	<u>82</u>	2.760
Resultado do exercício	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita de serviços		
CientificaLab	4.687	2.128
CERPE	1.117	835
Previlab	876	905
Lafê	<u>5.470</u>	
	<u>12.150</u>	3.868
Custos dos serviços prestados		
DASA RE (i)	922	1.202
CRMI Petrópolis (ii)	192	-
Sérgio Franco (ii)	<u>18.304</u> (iii)	<u>24.869</u>
	<u>19.418</u>	<u>26.071</u>

<sup>(</sup>i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

<sup>(</sup>ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

<sup>(</sup>iii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas até 30/06/2014.

#### b) Adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC

	31/12/14	31/12/13
CientificaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	61.000	25.000

#### c) Contratos de mútuos entre a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014

<u>Mutuário</u>	<u>Saldo</u>	<b>Vencimento</b>	<u>Taxa</u>
CERPE	3.925	2019	100% do CDI
Check-up UP	<u>6.026</u>	2019	de 100% do CDI a 100% do CDI + 1,60% a.a.
	<u>9.951</u>		

#### d) Remuneração da administração

A remuneração total da administração, incluindo a remuneração fixa e gratificações, foi de R\$ 2.658 no exercício de 2014 (R\$ 2.672 no exercício de 2013) paga aos membros do Conselho de Administração (contou com 5 membros em ambos os exercícios evidenciados), e de R\$ 9.532 no exercício de 2014 e de R\$ 9.893 no exercício de 2013 paga aos diretores estatutários (contou com 11 diretores estatutários em ambos exercícios).

As movimentações ocorridas nas remunerações baseadas em ações estão divulgadas na Nota Explicativa nº 22 (b). Não há benefícios adicionais destinados aos administradores da Companhia.

#### e) Cessão de Créditos

Em contrato de cessão de créditos celebrado em 03 de fevereiro de 2014, a controlada Pro Echo (cedente) cedeu à Companhia (cessionária) os créditos de sua titularidade no montante atualizado de R\$ 44.889 oriundos de contratos de mútuo celebrados com as controladas: (i) Laboratórios Médicos Dr.Sérgio Franco no montante atualizado de R\$ 36.803, (ii) Check-up UP no montante atualizado de R\$ 4.726, e, (iii) CRMI, no montante atualizado de \$ 3.360. Em contraprestação à cessão, a Companhia pagou a quantia de R\$ 44.889 à controlada Pro Echo (cedente) em 09 de maio de 2014.

## f) Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas acordadas entre as partes, vigentes nas respectivas datas, e em condições de continuidade.

As partes relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

- Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.: Empresa controlada por Marcelo Noll Barboza, membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia desde 24 de julho de 2014. Os pagamentos decorrem de obrigações estabelecidas em compromisso celebrado com a Companhia em razão do término do mandato, em 27 de abril de 2012, para os cargos de Diretor Presidente (posse em 1º de outubro de 2008), Financeiro e Relações com Investidores (ambos desde 13 de fevereiro de 2012).
- Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda.: Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região onde atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.
- Medparts Participações e Negócios Ltda.: Empresa controlada pelo Dr. Luciano Flávio Freitas de Almeida, quotista do Instituto de Endocrinologia e Medicina Nuclear do Recife Ltda. CERPE, que presta serviço à Companhia, em consultoria regional especializada em gestão de empresa do ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região e reconhecimento de potencias profissionais da área de saúde e clientes.
- Amar Administradora de Bens Próprios Ltda.: empresa de propriedade do Dr. Alcione Moya Aprilante e sua esposa, Melania Angelieri Cunha Aprilante. O Dr. Alcione é quotista da Previlab (empresa controlada pela Companhia) que é locadora dos imóveis de propriedade da AMAR que pertenciam à Melania Angelieri Cunha Aprilante.
- **César Antonio Biazio Sanches**: Quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietário do imóvel locado por Previlab, empresa controlada pela Companhia, localizado à Rua Alferes Franco, nº 408 Limeira, SP.
- A e C Consultores Ltda.: Empresa controlada por Cezar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.
- Pesmed Pesquisas e Serviços Médicos Ltda.: Empresa controlada pelo Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor de radiologia e métodos gráficos da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, ambos remunerados pela prestação de serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para as ex-controladas (incorporadas em 01 de julho de 2014): CDPI Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda., CRMI Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- RMR Ressonância Magnética Ltda.: Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 33,24% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para as ex-controladas (incorporadas em 01 de julho de 2014) CDPI Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda., CRMI Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. e Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Caxias Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.
- Ultrascan Serviços de imagem Ltda.: Empresa que tem como sócio Eduardo Luiz Primo de Siqueira que também é detentor de 7,5% da Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda., que presta serviços médicos na área de imagens para a controlada Clinica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de imagem e número de laudos produzidos pela Ultrascan, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da empresa controlada e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da empresa controlada.
- **DMG Laboratório Médico Ltda.**: Empresa franqueada da controlada Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda. que tem como sócia-gerente Neusa de Godoy Bueno Joaquim, sogra do diretor financeiro regional da ex-controlada (incorporadas em 01 de julho de 2014) Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., Carlos Fabio Ferreira Xavier. A comissão de franquia é calculada com base na receita do serviço gerada pela DMG, observando a mesma sistemática adotada para as demais empresas franqueadas.
- Lâmina Laboratório de Patologia Prevenção de Câncer Ltda.: Empresa que tem como sócia Adília Jane de Alcântara Segura, diretora médica não estatutária da Companhia, para a prestação de serviços de patologia clínica para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de exames efetivamente produzidos pela Lâmina, observado o valor correspondente para cada tipo de exame, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.
- ECRD Serviços Médicos de Radiologia Ltda.: Empresa que tem como sócio Roberto Cortes Domingues irmão do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que presta serviços médicos na área de ressonância magnética e radiologia para as ex-controladas (incorporadas em 01 de julho de 2014) CDPI Clínica de Diagnósticos por Imagem Ltda., CRMI Clínica de Ressonância e Multi Imagem Ltda. e Clínica de Ressonância e Multi-Imagem Petrópolis Ltda.
- Grupo Amil (Amil Internacional; Amil Par; Amico e Dix): O Sr. Edson Godoy Bueno, juntamente com Dulce Pugliese de Godoy Bueno, é acionista controlador da Companhia e também Chief Executive Officer do Grupo Amil, para o qual a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica. A Companhia e suas controladas também contrataram do Grupo Amil serviços de administração de plano de saúde para seus funcionários.
- Amil Impar: O Sr. Edson Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas controladores da Companhia e também controladores de Amil Impar, que detém participações em hospitais onde a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica.

- Patrys Investimentos Imobiliários Ltda. (antiga EGB 01 Empreendimentos e Participações Ltda.): O Sr. Edson Godoy Bueno e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas controladores da Companhia e também controladores da empresa EGB, a qual tem imóveis locados e em comodato com a Companhia e suas controladas.

A seguir, seguem os valores das operações realizadas com as empresas acima:

	Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2014			Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2013		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
- Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.	160	-	-	619	-	-
- Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.	(389)	-	-	(1.044)	-	-
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda	(15)	-	-	(15)	-	-
- Medparts Particip. e Negócios Ltda.	(22)		-	-	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(28)	-	-	-	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(6)		-	(6)	-
- A e C Consultores Ltda.	(35)	-	-	(5)	-	-
- DMG Laboratório Médico Ltda.	27	-	-	(18)	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix) (a)	80.308	-	(114)	67.009	-	(27)
- AMIL Impar (a)	4.934	-	-	7.102	-	-
- Patrys Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(449)	-	-	(184)	-

<sup>(</sup>a) o valor informado de saldos ativos por serviços prestados pela Companhia e suas controladas é líquido da provisão por glosa, bem como, de descontos financeiros concedidos. No montante de R\$ 66.864 está incluso R\$ 2.704 correspondente ao saldo do acordo firmado em 9 de junho de 2014, conforme instrumento particular de confissão e parcelamento de dívida.

Receitas / (Despesas) 31/12/2014 Receitas / (Despesas) 31/12/2013

	31/12/2014			31/12/2013		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
- Soldiers Field Serviços Administrativos Ltda.	(309)	-	-	(460)	-	-
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda	(189)	-	-	(189)	-	-
- Medparts Particip. e Negócios Ltda.	(244)	-	-	(250)	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(318)	-	-	(319)	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(99)	-	-	(83)	-
- A e C Consultores Ltda.	(426)	-	-	(403)	-	-
- Pesmed – Pesquisas e Serv. Médicos Ltda.	(253)	-	-	(361)	-	-
- RMR Ressonância Magnética Ltda.	(1.847)	-	-	(3.170)	-	-
- Ultrascan Serviços de imagem Ltda.	(201)	-	-	(177)	-	-
- DMG Laboratório Médico Ltda.	(1.159)	-	-	(1.020)	-	-
- Lâmina Lab.de Patologia Prev.de Câncer Ltda.	-	-	-	(209)	-	-
- ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.	(2.010)	-	-	(991)	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix) (a)	512.360	-	(38.950)	475.833	-	(18.613)
- AMIL Impar (a)	32.253	-	-	27.237	-	-
- Patrys Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(5.841)	-	-	(5.385)	-

## 28 Arrendamento mercantil financeiro e operacional

## Leasing financeiro nacional

A Companhia é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado, objetos de contratos que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. Esses contratos totalizam um saldo a pagar até 2015 no montante de R\$ 3.797 na controladora e no consolidado, sendo, deste montante, R\$ 3.048 classificados no passivo circulante e R\$ 749 no passivo não circulante.

O prazo médio dos contratos é de 36 meses e estão vinculados a taxas de juros de CDI + 2,18 % a.a.

Os pagamentos futuros mínimos registrados na rubrica de empréstimos e financiamentos, vide Nota Explicativa nº 17, estão segregados da seguinte forma:

	31/12/14								
	Con	Controladora				Consolidado			
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos			
Até um ano De um ano e até cinco anos	3.048 <u>749</u>	427 105	3.475 <u>854</u>	3.048 <u>749</u>	427 105	3.475 <u>854</u>			
	<u>3.797</u>	<u>532</u>	<u>4.329</u>	<u>3.797</u>	<u>532</u>	<u>4.329</u>			
			31/12/1	3					
	Con	ntroladora	1	Cor	nsolidad	0			
	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos			
Até um ano De um ano e até cinco anos			2	8.028 3.073	171 _65	8.199 3.138			
	2		2	<u>11.101</u>	<u>236</u>	11.337			

Os contratos de arrendamento financeiro nacionais estão incluídos no ativo imobilizado na rubrica de aparelhos e equipamentos, R\$ 9.468 (R\$ 15.236 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado.

## Leasing financeiro internacional

A Companhia é arrendatária de equipamentos que são utilizados na prestação dos serviços, conforme contratos de arrendamento mercantil que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. O prazo para pagamento é de 84 meses. Para a primeira parcela foi estabelecida uma carência de 6 meses para o pagamento e para as demais os pagamentos ocorrerão trimestralmente e semestralmente. As parcelas trimestrais e semestrais fixadas em dólares norte-americanos serão convertidas para reais pela cotação do dólar no mercado na data do pagamento, acrescidos de juros 4,51% a.a., totalizando um saldo a pagar até 2016 no montante de R\$ 2.062 sendo deste montante R\$ 1.978 classificados no passivo circulante e R\$ 84 no passivo não-circulante.

Os pagamentos futuros mínimos estão segregados da seguinte forma:

	31/12/14							
	Co	ontrolador	a	Con	nsolidado			
	Valor Presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos		
Até um ano De um ano e até cinco anos	1.978 <u>84</u>	89 4	2.067 	1.978 84	89 4	2.067 88		
	<u>2.062</u>	<u>93</u>	<u>2.155</u>	<u>2.062</u>	<u>93</u>	2.155		

	31/12/13							
	Controladora			Consolidado				
	Valor Presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos	Valor presente dos pagamentos mínimos	Juros	Pagamentos futuros Mínimos		
Até um ano De um ano e até cinco anos	6.626 1.803	403 109	7.029 <u>1.912</u>	7.893 2.140	480 130	8.373 2.270		
	<u>8.429</u>	<u>512</u>	<u>8.941</u>	<u>10.033</u>	<u>610</u>	10.643		

Os contratos de arrendamento financeiro internacionais estão incluídos no ativo imobilizado na rubrica de aparelhos e equipamentos, R\$ 3.448 (R\$ 8.002 em 31 de dezembro de 2013) na controladora e R\$ 3.776 (R\$ 8.687 em 31 de dezembro de 2013) no consolidado.

## Arrendamento mercantil operacional

Os aluguéis de imóveis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis no consolidado são os seguintes:

	31/12/14			31/12/13			
	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total	Contratos fixos	Contratos variáveis	Total	
Dentro de um ano Após um ano, mas menos	137.795	2.499	140.294	100.046	4.123	104.169	
de cinco anos Mais de cinco anos	336.264 120.361	6.099 1.791	342.363 122.152	177.826 _98.812	7.329 270	185.155 99.082	
The second of th	594.420	10.389	604.809	<u>376.684</u>	11.722	388.406	

# 29 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta para fins fiscais e as receitas líquidas e descontos comerciais apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

<del>-</del>	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita bruta	2.459.951	1.968.422	2.972.348	2.698.155
Deduções:				
Impostos	(150.176)	(112.543)	(179.839)	(151.771)
Provisão e perda por glosas e			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
inadimplência	(62.039)	(67.564)	(78.169)	(89.251)
Descontos	(15.274)	(8.582)	(16.767)	(9.351)
	2.232.462	<u>1.779.733</u>	2.697.573	<u>2.447.782</u>

# 30 Resultado financeiro

_	Controla	dora	Consoli	dado
	2014	2013	2014	2013
Despesas financeiras				
Juros	(157.192)	(131.862)	(167.748)	(149.937)
Variações cambiais e monetárias passivas	(1.880)	(6.558)	(1.120)	(9.947)
Descontos concedidos (a)	(5.163)	(2.992)	(8.903)	(3.010)
Outros	(10.791)	(9.527)	(15.045)	(13.436)
	(175.026)	(150.939)	(192.816)	(176.330)
Receitas financeiras				
Juros	76.377	28.639	88.645	29.719
Variações cambiais e monetárias ativas	1.289	6.713	1.649	7.578
Outros	<u>567</u>	44.260	1.551	45.217
	<u>78.233</u>	79.612	91.845	82.514
	(96.793)	<u>(71.327)</u>	(100.971)	(93.816)

<sup>(</sup>a) Descontos concedidos a clientes no valor de R\$ 2.276 na controladora e R\$ 5.980 no consolidado.

## 31 Eventos subsequentes

## Encerramento de oferta pública da 5º emissão de Debêntures

Em 09 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da quinta emissão, pela Companhia, em até duas séries, de, no mínimo, 40.000 debêntures e, no máximo, 50.000 debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$10, com valor total de, no mínimo R\$400.000 e, no máximo, R\$500.000, na data de emissão (qual seja, 10 de março de 2015), para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para refinanciamento de dívidas de curto prazo da Companhia, incluindo a amortização de principal e o pagamento dos juros das debêntures da segunda e terceira emissão da Companhia, e o saldo, se houver, será utilizado para reforço de capital de giro.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem os quais são apurados pelos índices (i) Dívida Líquida / EBITDA devendo ser menor ou igual a 3,0, e (ii) EBITDA / Resultado Financeiro devendo ser maior ou igual a 2,0.

\* \* \* \*

Pedro de Godoy Bueno Diretor Presidente Carlos de Barros Jorge Neto Diretor Vice-Presidente Administrativo e Financeiro

Carlos Elder Maciel de Aquino Diretor de Gestão Contábil e Recebíveis

Paulo Bokel Catta-Preta Diretor de Relações com Investidores e Financeiro

Daniel Vendramini da Silva TC-CRC 1SP125812/O-1